

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)

Mariany Gregório

Resistência Armada e Memória Histórica no Brasil:
Estudo de caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) na oposição da Ditadura Civil-
Militar (1964-1984)

Florianópolis

2012

Mariany Gregório

**Resistência Armada e Memória Histórica no Brasil:
Estudo de caso da Ação Libertadora Nacional (ALN) na oposição da Ditadura Civil-
Militar (1964-1984)**

Dissertação de Mestrado redigida como parte do processo para obtenção do título de mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Orientador: Dr. Fernando Ponte de Sousa

Florianópolis

2012

RESUMO

O presente trabalho consiste no estudo de caso das ações armadas da Ação Libertadora Nacional (ALN) contra a última Ditadura Militar no Brasil e seus desdobramentos na forma de memória histórica. Partindo da sociologia histórica, tomamos como base as contribuições contidas na obra do sociólogo Florestan Fernandes, onde o mesmo propõe o estruturalismo histórico como método de pesquisa. Buscamos investigar fatos históricos e medidas institucionais que levaram à ascensão golpista em 1964 e à formação de grupos armados em meio à crise política e econômica que atingia o Brasil à época. Nossa maior intenção foi contribuir com elementos para o debate sobre as políticas de memória histórica ainda incipientes no país. Mediante análise de documentos e revisão bibliográfica, procuramos expor a postura ideológica demonstrada tanto pelos guerrilheiros quanto pelo Estado repressor; o desenrolar do confronto armado entre Estado e oposição; os processos de anistia e reabertura democrática; e, por fim, os desdobramentos históricos que o referido conflito alcançou na prática institucional. Dessa forma, procuramos destacar o modo anticonstitucional com que o Estado vem tratando os crimes de lesa humanidade cometidos por seus agentes no decorrer do período militar; o atraso do Brasil em relação ao tratamento dos crimes contra os direitos humanos em períodos ditatoriais e a revisão da lei de anistia; assim como a ausência de uma política de memória histórica no país.

Palavras-chave: Memória histórica. Ação Libertadora Nacional. Ditadura militar brasileira. Medidas institucionais. Sociologia histórica.

ABSTRACT

The present case study has its focus on both the armed action of the Ação Libertadora Nacional (ALN) against the last Brazilian military dictatorship and its unfoldings as historical memory. Taking Historical Sociology as a starting point, this study follows the contributions from the sociologist Florestan Fernandes, where he proposes historical structuralism as research method. We intend to investigate historical facts and institutional measures which led to 1964's military coup and the formation of armed groups parallel to the political and economical crisis context. Our main intention was to contribute with elements for the debate concerning historical memory policies, still incipient in Brazil. Through analysis of documents and literature review we intended to expose the ideological posture performed by both guerrillas and the repressing State; the course of the armed confrontation between the State and its oppositional forces; the amnesty processes and the democratic reopening; and the repercussion of the historical unfolding of the conflict on the institutional practices. Considering this, we aim at highlighting the unconstitutional ways the Brazilian State has been approaching the crimes against humanity committed by its agents during the military government period; the backwardness of the State towards the processing of crimes against the Human Rights committed during the dictatorship periods and the revision of the amnesty law; and also the absence of historical memory policies in the country.

Keywords: Historical memory. Ação Libertadora Nacional. Brazilian military dictatorship. Institutional measures. Historical Sociology.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| 1 IMPERIALISMO, DITADURA E LUTA ARMADA NO BRASIL..... | 13 |
| 1.1 Imperialismo e Regimes Autoritários na América Latina | 13 |
| 1.2 Do Golpe à Liberalização: Ascensão e Desfecho da Ditadura Civil-Militar..... | 15 |
| 1.2.1 As diversas visões sobre o Golpe de 1964 | 19 |
| 1.2.2 Doutrina de Segurança Nacional e crise ditatorial | 23 |
| 1.3 Luta Armada e Terrorismo de Estado..... | 31 |
| 1.3.1 As diversas oposições | 31 |
| 1.3.2 Florestan Fernandes e “O Último Marighella” | 36 |
| 2 ALN: ALGUNS ASPECTOS SOBRE SUA TRAJETÓRIA E PROPOSTAS POLÍTICAS | 38 |
| 2.1 Marighella e a Revolução Armada | 38 |
| 2.1.1 <i>Porque resisti à prisão</i> (1965) | 39 |
| 2.1.2 <i>A crise brasileira</i> (1966) | 42 |
| 2.1.3 Luta armada, Revolução Cubana e condições históricas | 44 |
| 2.2 ALN em Balanço Autocrítico | 45 |
| 2.2.1 ALN após o assassinato de Marighella | 46 |
| 2.2.2 ALN entre 1971 e 1974: cisões, processo de revisão autocrítica e intensificação das ações armadas..... | 47 |
| 2.3 ALN: Teoria Revolucionária, Prática Política e seus Críticos..... | 48 |
| 3 REABERTURA DEMOCRÁTICA E MEMÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL | 52 |
| 3.1 Política de Memória Histórica no Brasil..... | 52 |
| 3.2 Processos de Anistia e Reabertura Democrática no Brasil | 57 |
| 3.3 A Involução do Ornitorrinco..... | 61 |
| 3.3.1 Estado de exceção no Brasil..... | 61 |
| 3.4 Processos de Anistia e Redemocratização no Brasil | 66 |
| CONCLUSÃO..... | 71 |
| REFERÊNCIAS | 76 |

INTRODUÇÃO

A principal aspiração do presente trabalho é buscar elementos que contribuam com a discussão sobre a política de memória histórica em construção no Brasil, realçando a importância do direito de acesso à verdade no processo de elaboração da memória de um povo. Mediante uma abordagem que utiliza, simultaneamente, métodos históricos e sociológicos, tomamos como tema as ações da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, e seus desdobramentos históricos.

Nosso objetivo central, entretanto, não é estudar a organização em si – o que certamente consiste em um tema interessante para pesquisa histórica e social –, mas abordar de forma simples sua estrutura e trajetória, com o intuito de compreender a essência da luta armada e o desenvolvimento histórico das ações armadas contra o Regime Militar (1964-1984). O foco, portanto, é mantido no tratamento que a ideia de luta armada vem recebendo como política de memória no Brasil.

Qual seria o significado da resistência armada no presente como política de memória histórica? De que forma dá-se a aceitação (ou não) da noção de violência como resistência política? Nesse contexto, tratamos de investigar a possível relação entre violência e ruptura revolucionária na perspectiva histórica, buscando compreender a seguinte questão: a política de memória histórica trata a política de resistência armada como memória condenatória ou como fato histórico?

Procuramos desmistificar a ideia de que a luta armada consistia na simples resistência contra a Ditadura Civil-Militar, demonstrando a proposta política presente nas ações guerrilheiras, bem como o processo histórico em que se desenvolveram as organizações armadas e suas aspirações políticas. A luta armada é tomada aqui como meio de sobrevivência das organizações políticas cujas propostas eram severamente reprimidas pelo governo ditatorial, mediante a perseguição, sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento de inimigos políticos.

Partimos do pressuposto de que condenar a resistência armada na atualidade consistiria em uma dupla condenação – a primeira deu-se imediatamente, por meio da perseguição, tortura e assassinato dos guerrilheiros –, admitindo que essa segunda condenação contemporânea seria ainda mais grave, uma vez que, combinada com a impunidade dos agentes públicos que praticaram crimes contra a humanidade, legitima a violência repressiva do terrorismo de Estado no aniquilamento de seus adversários políticos.

Além disso, procuramos demonstrar que a investida contra a violência armada revolucionária mediante o aprofundamento da violência repressiva da Ditadura Civil-Militar, na forma de um terrorismo de Estado, fez com que suas forças voltassem contra o próprio regime, assim como sobre seus agentes, defensores e membros. A transição para o regime civil democrático consistiu na recomposição social das forças da ordem político-empresarial conservadora, aparecendo historicamente como necessidade dessa mesma ordem: a de mudar para não acabar.

Para tanto, a coleta de dados realizou-se mediante três procedimentos básicos: a) análise de bibliografia previamente selecionada específica sobre o período; b) pesquisa hemerográfica em panfletos, jornais e revistas acadêmicas e não acadêmicas, a fim de investigar os processos de anistia e redemocratização no Brasil; c) análise dos textos políticos de Marighella (1979a, 1979b), principal líder da referida organização, e de textos em que os sujeitos que integraram a ALN refletem sobre a própria organização, suas atuações e propostas (ALN, 1979).

A bibliografia consultada é composta de obras acadêmicas (no âmbito da sociologia, ciência política, história e filosofia), relatos dos atores sociais que atuaram na guerrilha e livros publicados por Marighella (1979a, 1979b). Por sua vez, o levantamento dos documentos analisados foi efetuado via internet, em *sites* de conteúdo acadêmico – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO) etc. –, *sites* oficiais – como aqueles que contêm documentos disponibilizados pelo governo a respeito do período – e *sites* de periódicos que disponibilizam arquivo *on-line* – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Além disso, foi consultado o acervo de institutos, como o Memorial de Direitos Humanos (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e o Arquivo Edgard Leuenroth (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp).

Resumidamente, os enfoques epistemológico e metodológico têm como explicação e compreensão principal a especificidade da formação histórica do Brasil, demarcando no desenvolvimento de suas transformações um processo que apresenta uma caracterização ímpar na articulação entre *estrutura* e *história*. Tal cruzamento tem origem na combinação dos métodos sociológicos com aqueles próprios da história, originada no seio da *sociologia histórica*.

Conforme explica Piña (2000), a sociologia histórica nasceu da necessidade de (re)aproximação entre as duas disciplinas ao longo do século XX e, a partir dela, vem-se buscando criar uma tentativa de aproximá-las – sobretudo a partir dos estudos originados na década de 1960 –, numa frente interdisciplinar que dê conta de estudar os fenômenos sociais

mediante uma perspectiva amplificada, utilizando tanto os métodos históricos e sociológicos quanto o resultado da combinação entre estes.

Segundo o autor, no início do século XX, teve início um processo de transformação da estrutura que as ciências sociais haviam adquirido no século XIX, no qual foram iniciados importantes processos de intercâmbio que permitiram a flexibilização entre as disciplinas que as compõem, afastando-as da parcialização expressa em sua fundação. Ainda de acordo com ele, Marx, Weber e Tocqueville foram os pensadores responsáveis pelo início de tal aproximação, referindo-se a eles como pais da sociologia histórica. Dedicando-se a estudar o início do processo de industrialização na Europa, esses pensadores introduziram um sentido diferenciado à história, oposto ao fatalismo que o precedeu, no qual os homens ocupavam papel central enquanto sujeitos históricos. Tais autores trouxeram contribuições analíticas profundas sobre as sociedades, embasadas em profundo conhecimento histórico geral e na realidade concreta das sociedades estudadas (PIÑA, 2000).

Dentro da perspectiva histórico-sociológica, destacamos as contribuições do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1973, 1976, 1983), que se enquadra na gama de intelectuais que procuraram desenvolver suas teorias articulando objetividade e subjetividade, estrutura e história. Para ele, no livro *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1976), estrutura e história são níveis diferentes que não devem ser confundidos.

Por estrutura, entende-se a configuração mais profunda da sociedade brasileira, ao mesmo tempo capitalista e dependente, imbricada na maneira pela qual se expande o capital como sistema do mundo, a partir das nações hegemônicas (SILVEIRA). Além dessa abstração, deve-se considerar, para a análise dos processos sociais particulares, a dupla articulação econômica que caracteriza a estrutura da sociedade brasileira: interna e externa – interna: entre os diferentes setores econômicos; externa: entre a economia brasileira e alguns setores dela, de forma mais específica, e as economias centrais, o que implica reconhecer certas modalidades de dependência.

Essas articulações, tomadas isoladamente, não são explicativas, além de serem demasiadamente abstratas. Assim, coloca-se a necessidade da análise histórica, “isto é, de que maneira os agentes sociais – classes, frações de classe, etc. – vivenciam aquela condição estrutural” (SILVEIRA, p. 188), de que maneira essa estrutura é fortalecida, vitalizada ou, ao contrário, solapada, subvertida.

Como pesquisa de memória histórica, além da complexidade de se lidar epistemológica e metodologicamente com ela, há que se considerar as dificuldades advindas de políticas de memória histórica vigentes. Em outras palavras, não há responsabilização pela pesquisa e grupo

dos desaparecidos políticos, tampouco colaboração por parte das administrações públicas com particulares para localização e reconhecimento das vítimas; não há acesso aos terrenos afetados por trabalhos de investigação; não existe legislação que proíba símbolos e homenagens aos ditadores e seus governos; e não há reconhecimento das associações de vítimas do regime.

A despeito da Lei dos Arquivos, promulgada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), em janeiro de 1995 – cujo art. 4º reafirma o direito ao acesso à informação, previsto no art. 5º da Constituição de 1988, que dispõe à pesquisa pública não só as informações contidas nos arquivos, mas também o documento em si –, na prática, esse direito ao acesso não se realiza e os arquivos dos órgãos repressivos das forças de segurança seguem inacessíveis. Salvo a documentação da Justiça Militar sobre o julgamento de alguns presos políticos já liberada à consulta, por meio da qual é possível ter dimensão das acusações e defesas, assim como os relatos de torturas sofridas, nada de substancial foi ainda revelado. A documentação de espionagem das Forças Armadas, em que se poderiam encontrar dados sobre os sequestros e torturas, bem como informações sobre o paradeiro dos desaparecidos e o nome daqueles agentes públicos que atentaram contra a convenção dos direitos humanos, segue protegida pela “constitucionalidade” da Lei da Anistia de 1979 e pela Lei do Sigilo Absoluto.

Importa ressaltar que duas comissões reparam os crimes do Regime Militar no Brasil: a Comissão de Anistia, presidida por Paulo Abrão Pires, ligada ao Ministério da Justiça e criada no governo de FHC; e a Comissão Especial (Mortos e Desaparecidos Políticos), ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), subordinada à presidência da República.

No ano de 2008, a Organização dos Estados Americanos (OEA) pediu explicações ao Brasil sobre a Lei da Anistia, depois de a Organização Não Governamental (ONG) Center for Justice and International Law (CEJIL) argumentar à OEA que a legislação referente ao assunto é interpretada de forma diferente no país. O CEJIL critica o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) segundo o qual os crimes de tortura teriam sido perdoados pela Lei da Anistia. A ONG internacional argumenta em seu pedido de convocação que cortes internacionais já declararam que crimes de tortura são imprescritíveis e não passíveis de anistia.

A audiência solicitada pelo CEJIL, realizada em Washington, em outubro de 2008, resultou na interpelação formal da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à OEA, na explicação da Lei da Anistia de 1979. Por sua vez, o ministro-chefe da SEDH, Paulo Vanucchi, ameaçou pedir demissão diante do parecer da AGU. Esta, a pedido do então presidente Lula – que buscou manter-se neutro na disputa – encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer que buscava contemplar as duas posições conflitantes sobre a punição de militares e torturadores. Caberia aos ministros discutir se a Lei da Anistia beneficia

os militares acusados de tortura ou se a Constituição de 1988 tem base para condená-los por tortura, como crime inafiançável retroativamente. Vanucchi exige que a AGU retire o argumento de que agentes públicos e policiais não podem ser condenados, sustentando que tratados internacionais assinados pelo Brasil são imprescritíveis.

Além disso, a aprovação da Lei nº 9.140/95, propiciou a criação da Comissão Especial (Mortos e Desaparecidos Políticos), mas, na prática, essa comissão tem se mostrado ineficaz quanto ao tratamento das questões que permanecem suspensas. Tal comissão preparou um plano nacional de direitos humanos, em que propôs elaborar, até abril de 2010, a Comissão Nacional da Verdade, para apurar os crimes cometidos contra a humanidade no decorrer do período ditatorial. Em maio do mesmo ano, entretanto, o STF recusou a arguição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reafirmando a constitucionalidade da Lei da Anistia de 1979. Encontramo-nos atualmente, portanto, em plena discussão sobre o processo de anistia, que marcou o período de redemocratização no Brasil, e o posteriormente iniciado processo de construção da política de memória histórica nacional.

Além da Comissão de Anistia lutando internamente pela revisão da lei de 1979, a comunidade internacional passa a exigir o mesmo. Em reunião com o chanceler Celso Amorim em Genebra, durante o último ano de mandato de Lula, a alta comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Navi Pillay, comunicou que o próximo governo no Brasil teria de lidar com os crimes praticados pelo Estado no decorrer da Ditadura Civil-Militar. Segundo ela, trata-se de uma medida da ONU para evitar que os conflitos atuais sejam solucionados mediante leis de anistia semelhantes, bem como para rever todos os processos de anistia das últimas décadas. Aliás, a mesma política ordenou recentemente que a Espanha reavaliasse o período da Guerra Civil.

No Brasil, todos os governos civis pós-Ditadura comprometeram-se em poupar os agentes policiais e demais membros das Forças Armadas pelos crimes de lesa-humanidade praticados durante o Regime Militar Ditatorial. Além disso, diversas leis impedindo o acesso aos documentos foram aprovadas ao longo desses anos, como, por exemplo, a Lei nº 8.159, aprovada no governo de Collor, que estipula para a publicação dos arquivos referentes ao período um “prazo de cem anos para sigilo decorrente da proteção à honra e imagem.” (BRASIL, 1991).

Como se não bastasse, o governo de Lula instituiu, em 2004, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, delegando-lhe o poder de manter a permanência da ressalva do acesso ao documento pelo tempo que estipular – ou seja, por tempo indeterminado –, e promulgou a Medida Provisória nº 228/04, a qual determina que

“documentos públicos que contenham informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado poderão ser classificados no mais alto grau de sigilo.” (BRASIL, 2004). Não obstante, a Comissão Nacional da Verdade, cujo projeto foi aprovado em 2009, durante o governo de Lula, vem exercendo papel de destaque na pressão pela publicação dos arquivos secretos do Regime Militar.

De fato, a essência das estruturas e das disputas políticas do período militar segue fortemente presente, preservada pelo pacto entre o Regime Civil e Militar que pôs fim à Ditadura. Apesar dos governos civis chefiados quase que exclusivamente por opositores do antigo regime (FHC, Lula e Dilma), poucas medidas foram tomadas no sentido de preservação da memória histórica no que diz respeito ao período militar, enquanto diversas medidas que dificultam o direito de acesso às informações do passado vêm sendo aprovadas, apesar de suas contradições em relação ao Estado Democrático de Direito e dos tratados internacionais de direitos humanos.

Diante disso, nosso objetivo principal é explorar os acontecimentos políticos na recente história nacional, buscando compreender a ascensão e o desfecho do confronto armado estabelecido entre a Ditadura Civil-Militar e a ALN, assim como os desdobramentos históricos (ainda inacabados) desse conflito. Pretendemos, desse modo, entender a dimensão que a ideia de atuação política pela via armada vem tomando como memória histórica no Brasil pós-Ditadura.

A discussão mais comum em torno da luta armada é se esta teria sido a causa da violência repressiva do Estado ou, pelo contrário, uma resposta à violência militar. A proposta de luta armada característica da década de 1960 no Brasil é frequentemente entendida, por militares e civis contrários a ela, como a principal causa do golpe político perpetrado pelos militares brasileiros em março de 1964 e do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o qual teria marcado o endurecimento da violência repressiva do regime e, também, da censura. Desse modo, a luta armada é utilizada como uma espécie de boneco de palha, em que são descontados os motivos que levaram às arbitrariedades cometidas pela Ditadura, como se a violência desmedida consistisse na única solução viável para conter a “ameaça vermelha” e, assim, se justificasse.

Conforme procuramos demonstrar, entretanto, não só a ideia de luta armada é anterior à consumação do Golpe de 1964 no Brasil, como também a censura, a tortura de presos políticos, o aparato institucional necessário e a própria ideia de promover um golpe político. Desse modo, nossa preocupação está voltada para a compreensão das condições históricas e estruturais que propiciaram a eclosão do referido conflito, tornando obsoleta a questão de “quem veio primeiro:

a violência do Estado ou as organizações armadas?”, visto que admitimos todas essas noções já presentes nos desdobramentos anteriores de nossa história política.

Ainda, procuramos sustentar, com base no referencial teórico, que o endurecimento das forças repressivas do Regime Militar no combate à luta armada voltou-se contra ele próprio, despertando a necessidade de uma alteração na forma de governo (a transição para o regime civil democrático) em nome da manutenção da ordem estabelecida. Diante dessa necessidade, setores das classes dominantes gestaram uma transição que garantia a permanência das estruturas do Estado; moldando-as às investidas da oposição e alterando-as no sentido de perpetuar-se na forma de uma herança nas estruturas do Estado, essas frações de classe dominantes lograram fazer com que sobrevivessem à transição para o regime democrático, mantendo-se em funcionamento ainda hoje.

Com base nessas premissas, buscamos explorar e contrapor diversos estudos sobre o período militar e as organizações armadas, evidenciando os principais conceitos e ideias adotados neste trabalho, assim como as razões que nos levaram a admiti-los. Quando se trata de interpretar as estruturas e a história do Brasil, entretanto, a tentativa de estabelecer uma baliza histórica nem sempre é bem-sucedida, visto que as mesmas estruturas perpetuam-se e se adaptam ao desenrolar da história. Nossa tentativa, então, é justamente demonstrar a imortalidade daquilo que deve ser superado, de modo que diversos são os momentos históricos aqui abordados.

O corpo do texto divide-se em três capítulos, nos quais procuramos demonstrar os métodos, técnicas e teorias utilizados na pesquisa e na análise de dados, a análise dos dados primários buscados em documentos do período em foco e, finalmente, a forma pela qual a luta armada como forma de atuação política vem sendo tratada atualmente, do ponto de vista institucional.

No primeiro capítulo, procuramos expor o comprometimento da base de nossas estruturas políticas e sociais com o capital imperialista, desde o início de nossa história pós-colonização. Essa dependência teria se desdobrado em diversas fases ao longo de nossa história, sendo que a última e mais agressiva foi a ascensão do imperialismo estadunidense, à qual se referiu Fernandes (1981) e que segue ainda hoje em processo de desenvolvimento.

Nesse contexto, aconteceram a ascensão da Ditadura Civil-Militar, mediante um golpe anticonstitucional e a ameaça de guerra por parte do militares, a ascensão do terrorismo de Estado no Brasil (início da Operação Condor), além da censura, morte, sequestro e desaparecimento de inimigos do regime (AI-5). A luta armada, por sua vez, sempre esteve presente durante os períodos autoritários, de modo que não nos interessa quem se formou

primeiro: a luta armada ou o terrorismo de Estado. Importa entender como se deu o processo de combate no caso específico da ALN e, principalmente, o tratamento que a luta armada como forma de atuação política vem recebendo no presente.

Já o segundo capítulo presta-se à análise de documentos redigidos por Marighella (1979a, 1979b) e membros da organização à época (ALN, 1979)¹, bem como de críticas à luta armada oriundas da própria esquerda brasileira. Por fim, o terceiro e último capítulo consiste na análise das atuais medidas legais em relação aos crimes de lesa-humanidade cometidos pelo Estado brasileiro no decorrer da última Ditadura Militar no país, da preservação das estruturas sociais e políticas de capitalismo atrasado mediante e além do Regime Militar e da transição para o governo civil.

¹ O referido documento, intitulado *Contribuição para balanço autocrítico*, foi escrito por membros da ALN em 1979 e cedido ao Memorial de Direitos Humanos, sendo que a versão utilizada foi conseguida pela autora com um redator sobrevivente, que prefere não ser citado.

1 IMPERIALISMO, DITADURA E LUTA ARMADA NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo demonstrar os principais conceitos e teorias utilizados na realização do trabalho, tratando de demonstrar as estruturas de dependência em relação às transformações do capitalismo imperialista, presentes desde o início da história de nossa colonização. Tal estrutura sobreviveu a diversas transições de governos e regimes, moldando-se e aperfeiçoando-se no sentido de perpetuar-se. Para tanto, a violência repressiva do Estado foi utilizada como ferramenta constante, com o total desrespeito aos direitos humanos universais.

Nas diversas fases de intensa repressão política por parte dos militares no Brasil, organizações armadas de cunho esquerdista alçaram-se em armas contra os múltiplos regimes. Assim, dentro do vasto cenário de guerrilha ao redor do globo, que se estendeu no desenrolar da chamada Guerra Fria, temos por objetivo estudar a relação entre as estruturas de capitalismo dependente brasileiro e o terrorismo de Estado, implantado na repressão dos inimigos políticos da Ditadura Civil-Militar, mediante o estudo específico da relação desse regime com uma das principais organizações armadas à época: a ALN.

1.1 Imperialismo e Regimes Autoritários na América Latina

O Golpe Civil-Militar de 1964 não se explica como um estado de exceção, como uma anomalia da vida política brasileira, sendo necessário pensar no autoritarismo como recorrente em contextos de capitalismo dependente. Assim, o estado de exceção torna-se, em verdade, regra histórica na grande maioria dos chamados países em desenvolvimento.

Em meio às similaridades históricas presentes entre as nações que compõem o continente americano, estão as raízes indígenas talhadas pela chegada dos colonizadores europeus, o passado colonial e as lutas pela independência político-econômica. Não obstante, os países da chamada América Latina, sobretudo aqueles de colonização ibérica, guardam entre si semelhanças que aproximam ainda mais suas histórias: a impossibilidade histórica de romper com as bases coloniais, a militarização da vida política e a perpétua renovação das formas de dominação imperialista.

Tratando de entender a estrutura das classes e do capitalismo nos países subdesenvolvidos da América Latina, Fernandes (1973) vê as nações latino-americanas como produto da expansão da civilização ocidental, um tipo organizado e sistemático de colonialismo moderno, que teve início com a expansão espanhola e portuguesa, adquirindo uma forma mais

complexa após a emancipação nacional dos países latinos. Na sua visão, as transformações históricas do capitalismo deram-se de maneira demasiadamente acelerada para que os países latino-americanos pudessem acompanhar, de modo que as mudanças na organização capitalista da economia dessas nações sempre se deram em consequência de mudanças no capitalismo europeu e, mais recentemente, no capitalismo estadunidense.

Por outro lado, uma organização plutocrática da sociedade brasileira sempre concentrou as riquezas, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em outras palavras, desde o início de nossa história como colônia portuguesa, estivemos sujeitos às transformações dos países coloniais e imperialistas; independentemente de qual fosse a hegemonia em diversas fases históricas, havia uma estrutura interna, formada por uma aliança da elite brasileira, pronta para adaptar-se às condições dos interesses da metrópole. Essas frações da classe burguesa tomavam (e tomam, ainda hoje) como seus os interesses estrangeiros, aderindo, mais recentemente, aos interesses da superpotência atual, nosso companheiro de colonização, os Estados Unidos da América (EUA).

Como consequência dessa aliança da burguesia local com os interesses estrangeiros, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. Dessa forma, tornou-se impossível a integração nacional como fonte de transformação revolucionária e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político; interesses particularistas eram tratados como interesses gerais da nação.

Segundo Fernandes (1973), do ponto de vista sociológico, a América Latina teria dois grandes problemas a serem solucionados diante desse contexto: a) a nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista (EUA); e b) a forma de enfrentar o capitalismo nessas condições. Para ele, a docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo seria um componente dinâmico de uma tradição colonial subserviente, baseado em fins econômicos e na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada de fora. Ele distingue, ainda, a trajetória dessa dominação em quatro padrões exercidos em diferentes momentos históricos, sendo que a última e mais importante dessas fases consiste na dominação de hegemonia estadunidense.

Embora o processo em si não fosse exclusivamente estadunidense, os EUA desempenharam, segundo Fernandes (1973), papel pioneiro e dominante, devido ao caráter e consequência de sua expansão econômica na América Latina; além disso, para refrear a hegemonia estadunidense, os países latino-americanos não contavam com os mesmos recursos

materiais e humanos dos países europeus, cujas burguesias nacionais e elites no poder não se encontravam submetidas ao controle público e às pressões democráticas.

O que tornava, segundo Fernandes (1973), a influência dos EUA sobre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa era a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Nesse sentido, economias, sociedades e culturas latino-americanas foram reconstruídas de acordo com interesses e valores políticos, para adquirir uma natureza perversa nas condições locais. Por outro lado, a estrutura de renda, a distribuição do prestígio social e a eficiência de alguns direitos humanos essenciais nos EUA forneceram um mínimo de proteção às minorias destituídas. Nos países latino-americanos, entretanto, não tínhamos (nem temos) uma democracia real. Ainda na visão do autor, os campeões da liberdade e da democracia apoiariam todo tipo de iniquidade para assegurar os interesses privados de suas empresas corporativas ou o que supunham ser a segurança de uma nação.

Nesse contexto, os países latino-americanos enfrentaram duas realidades áspers: a) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podiam absorver as transformações do capitalismo, mas inibiam a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; b) dominação externa que estimulava a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas impedia a revolução nacional e uma autonomia real.

Essa situação heterônima foi redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. A esse respeito, Fernandes (1973) acredita que, à época, a lógica da situação apontava para um desafio tão complexo que não poderia ser enfrentado e modificado por meio do capitalismo privado, especialmente por meio desse capitalismo dependente, que envolve, estrutural e dinamicamente, tanto uma extrema concentração interna de renda quanto uma dominação externa e uma drenagem de recursos permanentes.

Tal processo de mudança teve um preço que a América Latina não podia pagar; eram necessários certos requisitos estruturais e dinâmicos que não existiam nem poderiam ser criados tão facilmente.

1.2 Do Golpe à Liberalização: Ascensão e Desfecho da Ditadura Civil-Militar

A década de 1960, no Brasil, foi marcada por intensas manifestações políticas, que surgiram como resposta de nossas peculiaridades às transformações que passaram a atingir todo o globo. Movimentos de esquerda afloraram em todo o território latino-americano, sobretudo

como oposição às ditaduras militares que governaram as nações desse território no desenrolar das décadas de 1960 e 1970².

No Brasil, o início da referida década foi caracterizado pela transferência da capital para o cerrado, em abril de 1960, e pela condecoração do guerrilheiro Ernesto Che Guevara pelo então presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, que renunciou ao cargo cinco dias depois. A sua renúncia, aliás, quase adiantou o Golpe Civil-Militar, que se concretizou três anos mais tarde, em abril de 1964. Na verdade, os ministros militares queriam impedir a posse do vice-presidente João Goulart (Jango), eleito democraticamente, impondo como condição de sua posse o regime parlamentarista. Nos anos que se seguiram, Goulart foi pressionado por todos os seguimentos políticos, até a concretização da ameaça golpista, diante da qual a esquerda permaneceu estática. Essa ausência de resistência imediata ao golpe gerou uma crise interna no Partido Comunista Brasileiro (PCB), de modo que este foi fracionado em diversas dissidências, entre as quais, a ALN. A formação de tal organização representa, assim, com singular clareza, a mudança do sentido de luta política que passou a se formar no seio da esquerda brasileira.

Tendo cumprido apenas sete meses de mandato e cinco dias depois de ter condecorado com honras militares o guerrilheiro e então ministro cubano, Ernesto Che Guevara, o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo, no dia 25 de agosto de 1961, sem nenhuma justificativa plausível. Os ministros militares estiveram presentes em todos os momentos no Palácio da Alvorada, desde o anúncio da renúncia até sua concretização, mediante o discurso emocionado de Jânio:

Chameio-os para dizer-lhes que renunciarei agora à Presidência. Não sei exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito a tenha. Não exercerei a presidência com a autoridade rebaixada perante o mundo, nem ficarei no governo discutindo a confiança no respeito, na dignidade indispensável ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem como solenes e graves os deveres do mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. E a esta devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula que tenho agora para servir ao povo e à Pátria é a renúncia. (FOLHA, 1961a).

Ranieri Mazzilli, então presidente do Senado, assumiu a Presidência e, quatro dias depois, comunicou ao Congresso Nacional o veto dos ministros militares a qualquer forma de governo guiado pelo vice-presidente eleito (Jango), que se encontrava na China na ocasião da renúncia presidencial.

² Argentina, Chile, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai, Brasil etc.

No dia 28 de agosto, realizou-se uma sessão no Congresso Nacional apenas para que o presidente em exercício, Ranieri Mazilli, comunicasse aos congressistas que os ministros militares consideravam o regresso de Jango ao Brasil “absolutamente inconveniente” e que, nessas condições, impediriam a sua posse a qualquer custo, qualquer que fosse a forma de governo por ele encabeçada.

No mesmo dia pela manhã, o Sr. Moura Andrade (então vice-presidente do Senado e presidente em exercício no Congresso) reuniu-se com alguns parlamentares no Palácio do Planalto, ocasião em que foi cogitada a possibilidade de instituir o regime parlamentarista no país. Os chefes militares, entretanto, mostravam-se irredutíveis na oposição à posse de Jango e, reafirmando que impediriam qualquer forma de governo comandado por ele, deram 24 horas ao Congresso para que sanassem a crise política e elessem, mediante eleições indiretas, um nome para a Presidência. Dois nomes foram cogitados: Sr. Carvalho Pinto e Marechal Dutra (que prontamente rejeitou a proposta).

Às 20h45, o senador Cunha Melo (primeiro secretário da mesa) proferiu a leitura do documento no qual os militares vetavam a posse do vice-presidente eleito, Jango. Foi montada, então, uma comissão mista de deputados e senadores para examinar a mensagem do presidente Mazilli. Em meio a tal atmosfera política, o clima no país mostrava-se “tranquilo”, salvo algumas manifestações populares no antigo estado da Guanabara e o posicionamento de Leonel Brizola, governador gaúcho na época, que, com o III Exército, prontificou-se em garantir a posse de Jango (seu cunhado e vizinho de estância).

Diante da pressão exercida pelos militares, Jânio Quadros fez um pronunciamento dizendo ter sido obrigado a renunciar à Presidência e partiu com a família para Londres. Formou-se, então, uma corrente disposta a lutar pela instituição do regime parlamentarista, a fim de obedecer aos preceitos constitucionais, garantindo a posse do presidente por direito: Jango. Tal grupo reformulou o Projeto Raul Pila, que previa a fixação do regime a partir de 1965, alteração que se realizaria somente por meio da modificação do regimento interno da Câmara, que não permitia a introdução de modificações em propostas de emenda à Constituição (Carta de 1946).

O Sr. Valdir Pires (Partido Social Democrático da Bahia – PSD-BA) apresentou ao partido, reunido sob a presidência do Almirante Amaral Peixoto, a seguinte proposta:

As bancadas do PSD na Câmara e no Senado, em face da gravidade dos acontecimentos nacionais e atentas ao rumo que estão tomando, declaram à nação, para servi-la e ao regime democrático: 1.o - sua irreversível posição de fidelidade à Constituição; 2.o - seu propósito inarredável de assegurar a

posse legítima do Sr. João Goulart no exercício do cargo de presidente da República. (FOLHA, 1961b).

A sua iniciativa teve o apoio de mais de 30 deputados, que assinaram a proposta. Dessa forma, o regime parlamentarista tornou-se a única esperança democrática frente à irreduzibilidade dos militares, sendo pintado, em tal contexto, como uma vitória ante a ameaça de golpe. Além dos congressistas democratas que defendiam o cumprimento da Constituição, também os comunistas e o próprio presidente Jango conformaram-se com o sistema parlamentar.

A reconhecida incompetência política de Jânio e o conformismo dos demais setores políticos não bastaram, porém, para os chefes militares, que investiram uma última manobra golpista ao tentar impedir o pouso do avião que trazia Jango de volta ao território nacional. Setores populares e grupos políticos democráticos conseguiram garantir, entretanto, a posse de Jango e evitar o golpe político, que se consolidou três anos mais tarde.

No intervalo entre o ano de 1962 e o início de 1964, Jango viu-se pressionado pelos mais diversos setores políticos, tanto de direita quanto de esquerda. As entidades sindicais, então dominadas pelo PCB, pressionavam as tomadas de decisão do governo por meio das greves gerais e da exigência de um plebiscito que decidiria pelo retorno ou não do regime presidencialista ao país. De fato, a investida militar contra Jânio e Jango já nos primeiros anos da referida década demonstra a insatisfação dos setores conservadores da política brasileira com a tendência populista das democracias que governavam o país desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Era necessário, nesse sentido, tomar o poder para determinar uma nova política engendrada com a nova realidade que passava a surgir em âmbito global, de acordo, evidentemente, com os interesses desses setores golpistas.

Diante da realidade mundial à época, da bipolarização do mundo entre socialismo e capitalismo e da disputa que se estabeleceu pela conquista de território ao redor do globo após 1945, alguns setores dominantes da sociedade brasileira acreditavam que o socialismo ameaçava o desenvolvimento econômico do país, tornando-se necessário barrar a “ameaça vermelha que os líderes comunistas insistiam em trazer para território nacional” (TOLEDO, 1989). Ressalte-se, nesse contexto, que, com apoio dos EUA, pretensão estandarte da liberdade, diversas ditaduras foram implantadas no território latino-americano no decorrer da década de 1960, estimuladas, sobretudo, por sua derrota na ilha de Cuba em 1959.

Depois de concretizado o golpe, diversos atos institucionais permitiram aos governos militares destruir os preceitos democráticos instituídos na Carta de 1946, suspender os direitos

políticos de seus opositores e passar por cima de qualquer decisão do Congresso Nacional. Ou seja, qualquer forma de atuação política fora das estruturas determinadas pelo Estado era considerada crime, sobretudo se protagonizada por alguém cujos direitos políticos haviam sido cassados.

Especificamente, a partir da instauração do AI-5, que determinava a censura de todos os meios de comunicação, transformava os opositores ideológicos em inimigos do Estado e da democracia e determinava que os crimes políticos receberiam julgamento militar, a clandestinidade passou a ser a única possibilidade de manifestação política, de resistência à ideologia do regime e, até mesmo, de sobrevivência.

1.2.1 As diversas visões sobre o Golpe de 1964

Com o objetivo de expor e confrontar as mais importantes correntes da historiografia sobre o Golpe de 1964, expondo aspectos controversos sobre temas como a repressão, Fico (2004, p. 29) aponta para o que seria “uma nova fase da produção histórica sobre o período”, baseada no caráter científico e no surgimento de novas formas de interpretação histórica. Esse novo e atual período seria caracterizado, segundo o autor, pelo “pequeno apreço dos principais autores históricos do período do golpe de 1964 pela democracia” (p. 60); pelo “deslocamento de sentido” (p. 60) relativo à esquerda armada – antes representante da democracia – após o processo de anistia; pelo perfil vacilante, inabilidade e possível golpismo de Jango – em oposição ao anteriormente sustentado mito do presidente vitimado pelos reacionários; pelo esvaziamento de clichês sobre o golpe – como a ideia de que a tortura e a censura só surgiram após o AI-5; e pela suposição de que os militares não eram responsáveis por torturas.

Por sua vez, em *Governo Goulart e o Golpe de 1964: um governo no entreato golpista*, Toledo (1989) expõe minuciosamente os fatos políticos ocorridos no início da década de 1960, admitindo que o Golpe de Estado concretizado em 1964 esteve a ponto de efetuar-se no episódio da renúncia presidencial de Jânio Quadros e da posse do então vice, Jango, em 1961.

Ainda, um dos primeiros e mais significativos estudos sobre o período militar, realizado fora da historiografia, é a tese de Ridenti (1993), posteriormente transformada em livro – *O fantasma da revolução brasileira* –, em que o autor realiza um minucioso mapeamento da oposição que se impôs ao Regime Militar, revelando as diferentes propostas e estratégias políticas presentes no referido cenário. Por meio dessa obra, é possível alcançar uma clareza entre as distintas forças políticas que se opunham à Ditadura, compreendendo a distinção entre a

oposição pacífica e a luta armada, bem como as diversas ramificações existentes no interior de cada uma destas.

Tratando do mesmo episódio histórico, Ridenti (1993) enfatiza a posição da esquerda à época, considerando que as lideranças e partidos de esquerda foram guiados pela “ilusão da permanência representativa”. Ou seja, independentemente da forma de representação (partidos, sindicatos etc., institucionalizados ou não), ela tende a trazer em si a ilusão de sua própria perenidade, como se a representação social do presente fosse eterna e a realidade não estivesse em movimento contraditório de transformação.

Importa mencionar, nesse sentido, que os partidos e organizações de esquerda fervilhavam no Brasil do início da década de 1960 e, apesar da ilegalidade, o PCB vivia seu apogeu, exercendo influência sobre todos os ramos da luta política e sindical, com suas propostas nacional-reformistas. Além disso, o Brasil ainda apresentava características semifeudais no campo e o desenvolvimento autônomo de nossa sociedade contrariava os interesses dos imperialistas e latifundiários (RIDENTI, 1993).

Nesse contexto, a proposta do PCB consistia na busca da implantação de uma revolução burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora, acontecendo por meio da união de forças entre os comunistas, a burguesia nacional e demais setores progressistas. Tal ideologia parecia encontrar base no governo de Jango, pois ambos reivindicavam a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal.

Dentro desse populismo de esquerda, um dos nomes destacados por Ridenti (1993) é o de Brizola, governador gaúcho e depois deputado federal, que criou os Grupos de 11, a fim de difundir as reformas de base, tendo grande repercussão no meio urbano, sobretudo entre subalternos das Forças Armadas, sendo que parte das forças nacionalistas de esquerda fundou um partido legalizado: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A política pré-1964 contava, ainda, com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), propondo um socialismo democrático; o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), abertamente stalinista e responsável pela Guerrilha do Araguaia; o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), pequena facção trotskista que reunia militares de baixa patente, estudantes e trabalhadores do meio rural e urbano; e as Ligas Camponesas, compostas por trabalhadores, estudantes e intelectuais, sendo predominantes na região Nordeste, onde lutavam a fim de realizar a reforma agrária. Francisco Julião foi a figura-chave no que diz respeito às Ligas, tendo fundado o Movimento Revolucionário Tiradentes, na intenção de ser o embrião de uma guerrilha rural, projeto abortado ainda no governo de Jango.

Ainda, logo no início da década, surgiram organizações autônomas ao PCB: a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP). A POLOP surgiu em 1961, agrupando diversas tendências alternativas ao PCB e influenciando, principalmente, o meio universitário; contestava as ideias pacifistas e reformistas do PCB, propondo a luta armada revolucionária por meio do socialismo. Já a AP surgiu, em 1962, como organização autônoma com influência, sobretudo, no meio estudantil; propunha um modelo político nem capitalista nem comunista, baseado num humanismo cristão influenciado pela Revolução Cubana; manteve a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante os anos 1960.

O golpe de março de 1964 e a derrota sofrida pelas organizações progressistas marcaram para sempre a esquerda no Brasil. Logo, ela sentiu os efeitos do golpe, com a dispersão dos movimentos populares que estavam unindo forças e adentrando a cena política. Teve início, então, um momento de autocrítica da esquerda: quais erros levaram à derrota de 1964? Além disso, paralelamente ao fracasso, eclodiu em todo o mundo uma contestação aos modelos tradicionais de atuação e às organizações de esquerda. Nesse clima de contestação e de derrota, os movimentos clandestinos atuantes no Brasil sofreram danos irreparáveis.

O PCB foi incapaz de tecer uma autocrítica, o que lhe rendeu uma crise da qual jamais se recuperou. Como resultado, entre 1965 e 1968, bases universitárias de todo o país romperam com o PCB, dando origem às dissidências estudantis: Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), Dissidência da Guanabara (DI-GB, futuro Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8), Dissidência Universitária de São Paulo (DISP, depois incorporada à ALN) e Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE). As principais dissidências foram capitaneadas por Marighella (ALN) e Mário Alves (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR) e tomaram muitos militantes do PCB, entre 1964 e 1968, com a proposta de luta armada, embora a ALN operasse em São Paulo e o PCBR, na Guanabara. Por sua vez, os movimentos nacionalistas de esquerda, compostos principalmente por militares de baixa patente, criaram inicialmente o Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN), que empreendeu, em 1967, a frustrada experiência conhecida como Guerrilha do Caparaó. Na sequência, uma parcela do MRN fundiu-se com a dissidência paulista da POLOP, dando origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1968.

No entender de Ridenti (1993), *O dezoito brumário de Bonaparte*, de Marx, pode ser usado como ilustração da referida crise. Marx demonstra, nesse texto, que o Partido da Ordem enredou-se na trama política, perdendo, sem perceber, a representação por excelência da burguesia francesa no Parlamento, por volta de 1850. Acreditando em bases que já não existiam, o Partido da Ordem foi varrido por Napoleão. Ou seja, a burguesia abriu mão de seu

poder direto e o confiou a Bonaparte e ao Exército, que, “ao protegerem seu poder material, geram novamente seu poder político (da burguesia).” (p. 244).

Na sociedade brasileira da década de 1960, os líderes populistas nacionalistas foram, de alguma forma, representantes das massas até o período pré-1964, mas não foram capazes de dar um salto na qualidade de sua representação, o que poderia ter mudado o rumo dos acontecimentos históricos com uma resistência ao golpe – que não houve, para surpresa e alegria dos golpistas. Nesse sentido, Ridenti (1993) afirma que não cabe acentuar, isoladamente, nem a atuação dos representantes partidários nem a dos representados; elas devem ser tomadas em conjunto, no movimento contraditório do social, impondo limites objetivos à ação dos homens.

Dessa forma, a derrota foi em relação a um projeto político de representação, que envolveu e iludiu todos, representantes e representados, “que foram tragados pela roda-viva da história” (RIDENTI, 1993, p. 245), cujo devir também dependia da ação das classes dominantes e da dinâmica objetiva do capitalismo brasileiro. Talvez se tenha chegado perto de algumas transformações no período imediatamente pré-1964, tendo sido a década seguinte influenciada por suas consequências políticas, econômicas e ideológicas, sendo que os representantes de massas populares, institucionalizadas ou semi-institucionalizadas, viram-se desprovidos de seus canais de atuação após o Golpe de 1964.

A conjuntura era outra: o regime democrático populista desapareceu e perdeu-se a oportunidade de resistência imediata ao golpe, mas a força dos movimentos populares antes do golpe continuou alimentando ilusões. Alguns insistiram em dar continuidade ao projeto político em vigor no período populista, sem as bases de sustentação institucional, porém logo vieram a minguar. Por sua vez, o tipo de representação proposto pelas lideranças dos movimentos de massa foi trocado pelas armas, sendo que somente uma minoria dos que atuaram nos movimentos de massa aderiu à luta armada.

O período entre 1964 e 1974, especialmente de 1964 a 1968, foi marcada, segundo Ridenti (1993), pela ambiguidade de tais facetas: reconstruir a representação perdida com o Golpe de 1964 e criar uma representação de novo tipo. Contudo, a partir de 1969, desapareceram os resquícios da política pré-1964 e esgotaram-se os movimentos sociais de 1967-1968, acabando com as bases que sustentavam a esquerda. Logo, ao invés de ganhar representatividade, a esquerda foi perdendo a pouca que ainda restava, marginalizando-se socialmente, a caminho da ruína.

1.2.2 Doutrina de Segurança Nacional e crise ditatorial

Em *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Alves (1985) analisa as relações entre Estado e oposição estabelecidas no contexto da Ditadura Civil-Militar que governou o Brasil de 1964 a 1984, as quais teriam sido determinadas pelos complexos mecanismos de dominação políticas e sociais vigentes no país durante o referido período.

Os processos de mudança analisados pela autora são considerados de acordo com o papel específico que a economia brasileira desempenhava no sistema político à época. Nesse sentido, no entender de Alves (1985), a penetração gradual do capital estrangeiro a partir da década de 1950 deu origem a uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional e o capital de Estado – o chamado tripé econômico.

Tratando do desenvolvimento dependente, a autora observa que, em um sentido econômico fundamental, desenvolvimento designa a expansão da capacidade produtiva de uma sociedade; considerado em termos mais amplos, refere-se a todo o processo de mudanças tecnológicas, sociais, políticas e culturais que acompanham e facilitam essa expansão (ALVES, 1985). Assim, dado que um sistema social somente pode ser considerado um autônomo a partir da capacidade de gerar seu próprio crescimento, criando novas tecnologias, expandindo o setor de bens e capital, e controlando seu sistema financeiro e bancário, as economias dependentes funcionam na periferia do sistema mundial, longe das condições para um crescimento autogerado. Em casos extremos, as economias dependentes estão restritas ao papel de fornecedoras de matérias-primas às economias industriais avançadas. Em todos os casos, o mercado internacional restringe sua competência de desenvolver a capacidade industrial, tecnológica e financeira necessária ao crescimento autônomo, de modo que a industrialização periférica manifesta-se, essencialmente, como um reflexo distorcido da expansão das economias avançadas.

Alves (1985) enfatiza que a situação de dependência não é necessariamente a mesma de subdesenvolvimento permanente e estagnação econômica, mas um processo de desenvolvimento distorcido, em que se perpetuam problemas sociais, como as desigualdades regionais, grave disparidade na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida miseráveis para a maior parte da população. Assim, a essência do capitalismo dependente somente poderia ser entendida no contexto das relações de dominação que caracterizam o sistema internacional, ressurgindo o sistema de dominação como uma força interna, por meio das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer os interesses estrangeiros que julgam ser seu próprio interesse.

Sobre a ideologia de segurança nacional, Alves (1985) explica que a Escola de Segurança Nacional (ESN), subordinada à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi uma importante ferramenta na perpetuação das estruturas de Estado comprometidas com o desenvolvimento capitalista associado-dependente. Tal doutrina, em sua versão brasileira, consistia em

um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política internacional e seu potencial geopolítico como potência mundial, além de um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado. (ALVES, 1985, p. 26).

As campanhas repressivas do governo, que, em outro contexto, não seriam aceitas pela população, somente ocorriam a partir da ênfase no inimigo interno da nação, oculto e desconhecido, que produzia sobre esta um clima de suspeita. Desse modo, as diferenças de classe e seus interesses podiam ser controlados pelo terrorismo de Estado.

Ainda, Alves (1985) busca compreender a evolução do Estado de Segurança Nacional a partir do Golpe de 1964, tentando entender esse modelo de estado capitalista em sua globalidade, assim como as características que deixou como legado para as estruturas de Estado e a sociedade civil. A autora sustenta que a natureza do Estado de Segurança Nacional somente pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição surgidos na sociedade civil, visto que tanto as estruturas de Estado quanto as da oposição foram se modificando, de acordo com as tentativas de cada parte em controlar, conter ou modificar a outra. Ressalte-se que a autora utiliza o termo ‘dialético’ no sentido de um conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada ou reconstituída pela outra. Seu objetivo é revelar como as estruturas de Estado foram sendo moldadas e desenvolvidas em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada.

Embora os teóricos e representantes da ESN tenham preparado um programa geral de desenvolvimento e formação do Estado, as estruturas e formas de controle reais adquiriram vida própria, devido à necessidade de controlar a sociedade como um todo. A necessidade permanente de alterar ou reconstruir as estruturas de coerção originou quatro graves contradições, que se tornaram características da organização do Estado de Segurança Nacional: a) a tendência a perder o controle do sistema burocrático, em especial do aparato repressivo, que pôde constituir sua própria base de poder, independente do Executivo; b) o Estado de Segurança

Nacional mostrava-se incapaz de eliminar totalmente a oposição; c) as tentativas de eliminar a oposição pela força ignoravam as injustiças reais que estavam na base do conflito; d) como consequência, percebeu-se que a ESN era intrinsecamente instável, tendendo a isolar-se cada vez mais, ou seja, em longo prazo, o Estado tenderia a tornar-se território exclusivo de uma pequena elite, que mantinha a sociedade civil sob controle, mediante o recurso cada vez mais frequente da força física.

Assim, incapaz de eliminar as causas do conflito e, conseqüentemente, a oposição, a ESN viu-se enredada em diferentes contradições, que originaram uma permanente crise institucional. A profunda crise de legitimidade que resultou dessa defasagem minou, com a crise institucional, a estabilidade do Estado.

De forma resumida, Alves (1985) sustenta que, após efetivar o Golpe de 1964, os grupos dominantes brasileiros agiram no sentido de modificar as estruturas do Estado, para dar continuidade a um modelo de desenvolvimento capitalista dependente e explorador. Para tanto, a ideologia de segurança nacional serviu de quadro de referência organizacional e de justificação para a necessidade de constituir mecanismos repressivos de controle da sociedade civil.

Após estabelecer um plano básico para esse controle, fazendo frente aos inimigos internos da nação, os planejadores do Estado passaram a se preocupar com a institucionalização de novas estruturas de poder. No entanto, a tentativa de organizar a sociedade brasileira segundo os parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento esbarrou no constante ressurgimento da oposição. Não obstante, formas específicas de controle foram criadas em resposta aos desafios apresentados pela sociedade civil, desenvolvida em diversos grupos sociais. Alves (1985) demonstra que tais desafios tornaram-se mais intensos nos períodos em que diferentes setores da população uniram-se para formar um amplo movimento social de protesto contra o regime. Esses períodos, aliás, teriam sido determinantes na reorganização das estruturas do Estado, de modo a desenvolver novos mecanismos de controle e impor novamente a conformidade.

Segundo Alves (1985), as contradições estruturais presentes na tentativa de institucionalizar o Estado de Segurança Nacional em bases estáveis e perpétuas resistiam a todas as investidas, deslocando as contradições de um para outro setor da oposição. Nesse sentido, a autora identifica, nas diferentes fases do desenvolvimento da oposição, o deslocamento resultante da tentativa do Estado de esmagar a resistência e descreve a trajetória da oposição política da seguinte forma:

Quadro 1 – Trajetória da oposição política.

| | |
|--------------------------|---|
| 1964 | Sociedade assumiu posição defensiva contra os excessos dos expurgos de 1964, denunciando torturas de presos políticos. |
| 1965 (AI-2) ¹ | Oposição foi reforçada com adesão, contrariada com a abolição dos partidos políticos e a usurpação das prerrogativas legislativas e judiciais. Identifica-se, neste período, o início da dissensão entre setores da elite. |
| 1966 | Estado de Segurança Nacional passou à ofensiva, lançando as bases do modelo econômico, com uma série de leis para o controle dos salários e o incentivo de investimentos internacionais. |
| 1967-1968 | Oposição disseminou-se de setor a setor, até que a insatisfação com a política de Estado explodiu em movimento social (morte de Edson Luís). Apoio da classe média e da igreja. |
| 1968 (AI-5) | Período de luta armada e das forças de segurança do Estado de Segurança Nacional. Embora o Estado tenha conseguido conter os grupos armados, propiciou um crescente deslocamento da oposição para as camadas médias, a igreja e os grupos de elite ligados à questão dos direitos humanos. A extrema violência física com a qual o Estado tratou os grupos armados lançou as bases para o período de política formal, a partir de 1974. |
| 1974 | Política formal: remobilização política e atividades oposicionistas de setores da elite, atuando por meio de organizações tradicionais da sociedade civil (igreja, OAB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB etc.). Questão dos direitos humanos e de liberdade de expressão. |
| Liberalização | Oposição pôde participar da política formal, por meio de organizações existentes e de outras formadas por militantes. |

Fonte: Adaptado de Alves (1985).

Nota: AI-2: Ato Institucional nº 2.

Em *A ditadura em questão*, Fernandes (1983) afirma que a Ditadura Civil-Militar chegou a um momento no qual já não podia mascarar as contradições de sua base econômica, social e política, acometida por uma crise interna gerada pelas decepções e disparidades das correntes formadoras dessas bases. O governo ditatorial tentou, segundo o autor, esquivar-se da responsabilidade pelo erro histórico que teria levado à contrarrevolução de 1964, creditando-a às adversidades históricas. Por sua vez, os setores das classes dominantes vagavam na névoa produzida por suas próprias ações de apoio aos militares golpistas, sem ter na manga nenhuma outra *saída segura*.

A crise do poder burguês gerou a Ditadura, que, diante da impossibilidade de resolver tal crise, passou a transparecer suas impossibilidades e contradições. Diante de tal contexto, o regime tinha apenas duas saídas: gerar, por meio do golpe, uma reformulação do regime então vigente e salvar a Ditadura; ou aceitar que a contrarrevolução havia se esgotado e já não havia espaço político para ela, perdendo o monopólio da administração ativa e despótica das condições de transformação do regime. Ressalte-se que as forças que desgastaram o regime foram espontâneas e surgiram de novas alterações do regime e da luta de classes, aliadas às forças que haviam ressurgido do esmagamento ditatorial na esfera da sociedade civil.

A *república institucional* consistia, segundo Fernandes (1983), em uma variante do Estado capitalista moderno, que o sociólogo prefere chamar *Estado autocrático burguês*. Sobre o assunto, ele se detém em dois pontos; o primeiro consiste nos objetivos e necessidades que levaram as classes burguesas a apoiar o golpe, a fim de “enrijecer os meios políticos de dominação social de classe e de luta pela preservação ou fortalecimento do monopólio do poder estatal” (p. 10), que haviam se alterado, mas apenas no sentido de amenizar o “endurecimento”. A alteração mais significativa teria se dado quando as tarefas elementares da Ditadura já haviam sido cumpridas e o problema político passou a ser a preocupação com a forma de passar da república institucional para uma *democracia forte*,

uma variedade da república burguesa na qual a vigência de mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas não adquira muita saliência e tais mecanismos possam ser concentrados em certas funções do Estado, sem que a forma política do governo assuma o caráter explícito de ditadura e seja combatida como tal. (FERNANDES, 1983, p. 10).

O segundo ponto diz respeito às “dificuldades de natureza política com que se defrontam esses estratos estratégicos das classes dominantes para compatibilizar a evolução (ou a desagregação progressiva) de sua república institucional com o restante da sociedade.” (FERNANDES, 1983, p. 11). Ou seja, as classes burguesas, mesmo descontentes com o regime, dependiam dele para a volta à normalidade, de uma perspectiva burguesa, associando dialeticamente o “*desaparecimento da ditadura com a transição para a ‘democracia’, ambos segundo um padrão de transformação lenta, gradual e segura.*” (p. 11, grifo do autor).

Esses dois pontos, singular e mutuamente, serviriam para o regime abrir mão de algumas de suas características e funções para incorporar outras, podendo manter intacto seu núcleo de poder. O segredo da vitalidade do *sistema* estaria, segundo Fernandes (1983), na capacidade de transformar-se de acordo com a experiência acumulada, desobedecendo aos “limites da ousadia no manejo do aparato ‘legal’ e ilegal da ditadura.” (p. 11). Assim, as perturbações que ocorriam nesse núcleo de poder consistiam nos primeiros indícios de que o desgaste do Regime Ditatorial reproduzia-se dentro do sistema, de modo que as “forças íntimas” deste passaram a agir em nome da autopreservação, combatendo diretamente os desgastes e contradições do Regime Ditatorial.

Uma vez que as multinacionais, as nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência já não careciam da militarização global da condução do Estado para atingir seus fins, o aparato da república institucional mostrava-se caro, ineficiente e perigoso, de modo que passou a ser

mais vantajoso deter a autonomia dos militares no poder e na condução da Ditadura. Nas condições imperantes, a dinâmica da Ditadura, portanto, não foi abalada; ela lutou por sua continuidade, consentindo uma “oposição prudente”, que permitia a ela absorver suas crises internas, sem colocar-se diante do risco dos *combates decisivos* para o fim da Ditadura e início da democracia.

Ressalte-se que a garantia dessa técnica de sobrevivência e reprodução não era o apoio popular nem o apoio das Forças Armadas, mas a autonomia do sistema, as pressões que ele recebia das bases sociais nacionais e estrangeiras, bem como a ausência de um movimento popular capaz de derrubar o Regime Ditatorial, o que deixaria o sistema “no vácuo e condenado como uma excrescência política.” (FERNANDES, 1983, p. 14).

Sem ignorar a existência de uma crise decorrente do desgaste da Ditadura, Fernandes (1983) coloca uma perspectiva que distingue a crise das dissonantes erupções das técnicas político-militares das técnicas de condução da república institucional e da manipulação externa das forças sociais de apoio e oposição. Nesse sentido, o Estado autocrático burguês encontrou, no Brasil, condições propícias de desenvolvimento e florescimento, fornecendo mais flexibilidade que a realidade de outros países vizinhos.

Tais condições explicam-se, segundo o autor, pela relação entre a sociedade civil e o Estado autocrático burguês. De um lado, as práticas políticas à época pouco se distanciavam daquelas da República Velha ou do Segundo Império, de modo que a Ditadura Civil-Militar encontrou um sólido *consenso nacional*, no que diz respeito às frações de classe da burguesia, que permitiu a ela funcionar acima das classes, comandando no lugar dessas frações de classe e de acordo com seus interesses. Por outro lado, a íntima associação da burguesia nacional engendrou e fomentou um pró-imperialismo residual, que inibiu o dinamismo intrínseco à revolução nacional de cunho burguês e à revolução democrático-burguesa (FERNANDES, 1983).

Fernandes (1983) entende que “ao afirmar-se e avançar, o núcleo burguês decisivo apóia-se na estática da reprodução da ordem, funcionando como o contrapeso perfeito do impulso à estabilidade procedente da burguesia externa e dos centros de poder que encaram a dominação imperialista.” (p. 15). Por isso, a correlação entre Ditadura e sociedade civil não pode nem deve ser ignorada. O mesmo laço que une determinados setores da burguesia com a implantação da república institucional vincula-os à continuidade da contrarrevolução, ao prolongamento da Ditadura e à sua transformação em gerente da autoconcentração progressiva do Regime Ditatorial.

Considerando tal articulação, é possível, segundo Fernandes (1983), compreender o que os americanos chamaram consenso nacional que sustenta o regime, ao mesmo tempo que se evidenciam a origem histórica e a natureza ilegítima da *autonomia relativa da Ditadura*. A Ditadura era, assim, a tradução de uma defesa contrarrevolucionária dos interesses de classe dos estratos da burguesia nacional e internacional, ficando, pois, *acima das classes*. Isso significava minar a voz das frações inferiores da burguesia e do operariado, em nome da manutenção dos interesses das classes burguesas dominantes e seus vínculos tanto pelo antigo sistema capitalista competitivo quanto pelo modelo capitalista monopolista que passou a imperar na época.

Em tal contexto, duas questões colocavam-se para a Ditadura Civil-Militar. A primeira consistia em extrair do regime o poder excedente da burguesia sobre as classes; a segunda tinha por objetivo a inviabilidade histórica da liberalização outorgada:

- a) ela foi incapaz de ressoldar o bloco no poder, de modo que a burguesia dividiu-se e uma parte importante recusou-se a “apoiar uma liberalização outorgada que atrofia um partido solidamente da ordem e fortalece, no mesmo movimento, o despotismo da cúpula militar” (FERNANDES, 1983, p. 29);
- b) a Ditadura não pôde impedir a irrupção das forças sociais divergentes da sociedade civil. O leque de partidos da época, segundo Fernandes (1983), representava, ainda que de maneira pobre e deformada, o primeiro passo rumo a uma sociedade civil que correspondesse estruturalmente àquela que vinha se formando no Brasil desde o final do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, quando foi interrompida pelo Golpe de 1964.

O sistema viu-se, então, diante de forças sociais que não poderiam ser barradas por meio da violência militar, ao mesmo tempo que estava em convergência com diversas dessas forças sociais, que eram unânimes em rechaçar a fórmula da liberalização outorgada.

Como as transformações da sociedade brasileira não chegaram ao regime, este tentou amoldar aquelas transformações ao seu perfil, fazendo da liberalização uma outorga e da outorga um princípio democrático de concessão política. [...] Em termos da óptica política militar, a ‘reforma dos partidos’ era, em si, uma demonstração profunda do *novo curso* da ‘política de abertura’, ou seja, da liberalização outorgada. (FERNANDES, 1983, p. 30-32).

Ao falhar no plano essencial para a Ditadura (a formação de um partido alternativo de governo sólido), o “senhor político-militar” sentiu confirmada a posição de que era dentro dos quadros militares que estava a melhor solução para a política por outros meios. Daí, resultaram dois fatores, de acordo com Fernandes (1983):

- 1) uma urgente transformação política, que não tinha meios de destacar-se das instituições políticas então vigentes, achou seu ponto de apoio na ativação do terrorismo de Estado.

O que importa é que havia uma imensa ramificação de posições-chave, dirigidas e comandadas por chefes militares, e que a militarização das funções repressivas se tornara uma realidade política. Para não girar sobre si mesma e comer pó, a ditadura deparou com a necessidade política de ativar, direta e indiretamente, sob a mais completa discrição e o manto do ‘segredo de Estado’, o seu vasto potencial de dissuasão e intimidação, ganhando assim não só um respiro, como se poderia supor, mas o incremento de sua liberdade relativa de conduzir o processo político sem interferências externas realmente temíveis. (FERNANDES, 1983, p. 33).

- 2) o eixo militar da Ditadura fortalecia-se e o sistema centralizava o máximo de poder, até mesmo alterando sua relação anterior com o “mundo militar”. O setor militar monopolizou o comando do sistema na medida em que ascendeu no seio da república institucional. Fortaleceu-se, assim, a tendência de identificar o chefe militar como o “senhor político” e como o guardião responsável pela democracia.

Se depender da ditadura e da práxis política militar dominante, não ocorrerão mudanças políticas significativas nos próximos anos. O que se proclama como concretização dos ideais democráticos, desvenda, aliás, que haverá poucas diferenças entre a presente *democracia consentida* e a prometida democracia à brasileira. [...] Na verdade a política de abertura *cede para não dar* e o que ela oferece de palpável, de imediato e no futuro, nada tem a ver com o regime democrático exigidos pelas transformações em processo na sociedade civil. (FERNANDES, 1983, p. 35).

O cerne da questão, no que diz respeito a uma derrota efetiva da Ditadura, estaria, segundo Fernandes (1983), em dois pontos principais: 1) em “não respeitar e não obedecer ao *arcabouço legal* da ditadura, forjado como uma espécie de sucuri, em que se apoia a autorreprodução e a evolução do seu regime político” (p. 39); e 2) na busca de uma legalidade que atendesse às classes subalternas e lhes proporcionasse meios de auto-organização, autodefesa, existência civil e voz política.

1.3 Luta Armada e Terrorismo de Estado

Muitas são as versões a respeito dos acontecimentos que culminaram na concretização do Golpe Civil-Militar de 1964. Enquanto algumas culpam o despreparo da esquerda à época e a ausência de reação imediata ao golpe, há quem defenda que tal golpe estava sendo moldado desde a década de 1950, ainda no período getulista. Das contradições existentes entre as diversas explicações para o golpe, aquela que mais nos interessa diz respeito à formação de grupos armados e à investida da violência repressiva por parte do Estado.

Não é incomum encontrarmos relatos de militares (muitos acusados de tortura) afirmando que a violência foi a única forma de lutar contra os terroristas da época, enquanto alguns ex-militantes afirmam que a resistência armada era a única forma de atuação política viável naquele contexto. Conforme colocamos anteriormente, entretanto, a questão sobre quem veio primeiro (se os grupos armados ou o terrorismo de Estado) parece-nos irrelevante. O fato é que tanto a Ditadura Civil-Militar quanto as organizações guerrilheiras foram formadas mediante um processo histórico e é com a compreensão desse processo que o presente estudo compromete-se.

Como objetivo específico, procuramos entender a formação dos grupos armados e a aplicação da violência repressiva na forma do terrorismo de Estado no decorrer do período em foco, sobretudo no que diz respeito à formação da ALN – organização-chave deste estudo – e sua relação com o braço repressivo do Estado. Vale notar que não pretendemos encerrar a discussão nem ousamos cogitar uma versão definitiva para a questão; pelo contrário, pretendemos incentivar a discussão mediante o estudo dos diversos argumentos empregados na compreensão da relação entre o Regime Militar e as organizações armadas até o presente momento.

1.3.1 As diversas oposições

Diante de um contexto de profunda agitação política e cultural, a esquerda brasileira dividia-se em uma crise interna, formando uma “constelação” de dissidências comunistas organizadas em torno de organizações de resistência (armada ou não), que se distinguiam, sobretudo, em três aspectos: a) o caráter da revolução; b) as formas de luta para chegar ao poder; e c) o tipo de organização necessário para chegar à revolução. De acordo com Ridenti (1993), apesar das desavenças, as organizações tinham como paralelo indissociável as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira no referido período. Diante da crise

vivida nos anos 1960, as classes dirigentes não viam outra saída senão um golpe dentro do golpe – o AI-5 –, para garantir a instauração da modernização conservadora da economia concentradora de riquezas. A política econômica adotada implicava o desmantelamento das organizações de trabalhadores, pois tinha como pré-requisito a submissão total do trabalho aos ditames do capital. Diante disso, parte da esquerda optou por pegar em armas em um contexto de ampla agitação sociocultural de âmbito internacional.

A primeira grande divisão aconteceu por conta do caráter atribuído à revolução brasileira. O PCB seguia a análise de 1928 do VI Congresso Internacional Comunista, em que se previa uma revolução em duas etapas, a primeira das quais deveria ser “burguesa” ou de “libertação nacional”. Esta implicaria superar os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo na economia, congregando uma somatória de classes sociais progressistas, unidas para desenvolver as forças produtivas e caminhar, então, para o socialismo. Muitas organizações que decidiram pegar em armas mantiveram com poucas alterações esse esquema analítico.

Por sua vez, a ALN, uma das principais dissidências do PCB, também procurou reunir o maior número de forças possível no processo revolucionário, porém sob impulso dos grupos guerrilheiros que contavam com a atuação de operários e camponeses. O caráter da revolução não seria necessariamente socialista, podendo agregar setores pequeno-burgueses e pequenos empresários nacionais. Haveria, ainda, etapas democráticas a serem realizadas, porém jamais sob a direção da burguesia. Ao propor um governo popular revolucionário, a ALN aproxima-se da proposta de outra grande dissidência, o PCBR, que tinha por objetivo “destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-se por um governo popular revolucionário.” (p. 32).

O PCBR defendia que a revolução popular teria que, no mesmo processo, “seguir o caminho socialista do desenvolvimento” (GORENDER, 1987) e converter-se em revolução socialista. Para tanto, dava enfoque para as contradições entre o proletariado e a burguesia, enquanto a ALN privilegiava o antagonismo entre a nação e o imperialismo. Já a Ala Vermelha do PCdoB (ALA) mantinha as características antifeudais e anti-imperialistas, quase idênticas às do PCB. Segundo ela, as classes que se envolveriam nas conquistas contra o neocolonialismo seriam: a burguesia, o proletariado e o semiproletariado.

Ainda, as organizações herdeiras da teorização da POLOP anterior a 1964 – VPR, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Operário Comunista (POC), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), e MR-8 – propunham uma revolução de caráter imediatamente socialista, sendo contrárias à tese pecebista sobre o caráter agrário,

democrático-burguês, antifeudal e anti-imperialista da revolução. Segundo essas organizações, não propugnar o caráter socialista seria o mesmo que dar continuidade às propostas do PCB. De fato, desde o início, a POLOP questionou o PCB, propondo como alternativa um projeto de revolução socialista a ser realizado pelas massas rurais e urbanas, conforme seu programa socialista para o Brasil, de dezembro de 1967. Em abril de 1968, a POLOP juntou-se à dissidência gaúcha do PCB, tornando-se POC. Segundo sua visão, haveria integração entre os interesses da burguesia nacional, dos imperialistas e dos latifundiários e, em nome dos trabalhadores rurais e urbanos, a revolução não poderia ter outro caráter senão socialista.

Ressalte-se que as teses que pregavam a revolução imediatamente socialista, com a implantação de um governo popular, tinham como característica desdobramentos alternativos ao PCB. Por outro lado, conforme observa Ridenti (1993), se fizermos uma análise sobre a teoria das organizações que defendiam a revolução imediatamente socialista, perceberemos que estas não diferiam muito das ideias pecebistas. O PCB pregava que a revolução seguiria etapas até chegar ao socialismo, sendo a primeira delas a de “libertação nacional”. Isso porque o imperialismo e as relações feudais no campo impediam o desenvolvimento das forças produtivas, cabendo às classes progressistas romper esses entraves para a realização da nação. Já para os “socialistas”, a etapa burguesa da revolução já estava vencida, cabendo ir direto ao socialismo. Ainda segundo eles, o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, não havendo possibilidade de ser pensada uma revolução em que houvesse oposição entre os interesses da burguesia e dos latifundiários.

Ambas as posições guardam semelhanças não perceptíveis num primeiro momento. Apesar do discurso dos socialistas, o imperialismo, em geral, continuava a ser visto, ao lado do latifúndio, como entrave ao desenvolvimento pleno do capitalismo brasileiro, que estaria bloqueado, incapaz de progredir, num processo de estagnação insuperável. Grande parte da esquerda não via solução viável para a estagnação econômica brasileira dentro do capitalismo e somente o regime socialista poderia romper a crise, retomando, assim, o crescimento das forças produtivas.

A terceira coordenada divisória colocada por Ridenti (1993) diz respeito às formas de resistir à Ditadura. O PCBR manteve a proposta de resistência pacífica, sendo que aqueles que optaram pela resistência armada divergiram sobre a maneira como esta deveria acontecer. Já o PORT prendeu-se às tradições bolcheviques de insurreição das massas trabalhadoras, enquanto o PCdoB e a AP apostaram na revolução a partir da área rural e não atuaram nas ações armadas urbanas. Importa ressaltar que, entre as organizações que fizeram a resistência nas cidades,

também havia divergências quanto aos tipos de luta implantados, tendo prevalecido duas influências teóricas: o guevarismo e o maoísmo.

A ALA, organização explicitamente maoista, pregava a organização dos camponeses e a guerrilha rural, sem descartar a atuação na guerrilha urbana. Já entre os grupos foquistas, inspirados nos escritos de Guevara e no texto de Debray, *Revolução na revolução*, estavam o MR-8 e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), organizações que colocavam a necessidade da implantação de um foco vinculado às massas rurais e urbanas. A exemplo da Revolução Cubana, tal implantação dar-se-ia por meio de três etapas: instalação de um foco guerrilheiro inicialmente isolado numa área rural de difícil acesso à repressão; fase de desenvolvimento da guerrilha, com a conquista do território ocupado e a incorporação dos camponeses à resistência armada; e, por fim, realização da ostensiva revolucionária para a tomada do poder, liderando as massas exploradas. Marighella declarava-se contra os focos e lançou a ideia de colunas móveis de guerrilheiros, que se deslocariam entre pontos ocupados de antemão. A partir de 1968, poucas organizações reconheceram-se de caráter foquista, embora muitas conservassem características do foquismo, como a ALN, inspirada no texto de Debray e na Revolução Cubana.

Apesar das divergências quanto à forma de luta, era comum, entre todas as organizações, a intenção de dar início a uma guerrilha no campo, uma vez que o grande objetivo dos grupos sempre foi implantar uma guerrilha agrária, tendo as ações na cidade um caráter quase secundário; estas, inicialmente, eram praticadas por poucas organizações (ALN, VPR, COLINA) e tinham por finalidade arrecadar infraestrutura para a guerrilha rural e treinar os militantes que seguiriam para o campo. Previa-se, ainda, uma fase em que as ações urbanas teriam o papel de “distrair” a repressão, fazendo com que esta mantivesse a atenção voltada para fora da zona rural, onde estaria em vias o processo de implantação da guerrilha.

A partir de 1969, os militantes, impossibilitados pela repressão de manter suas tarefas habituais e sendo obrigados a cair na clandestinidade, passaram a usar as ações urbanas como meio para a própria subsistência, cometendo atos de expropriação que forneciam subsídios para a manutenção das organizações em seus gastos com mantimentos, esconderijos, armas e munição. Com o cerco cada vez mais estreito, as ações urbanas passaram a se concentrar em torno de expropriações e do resgate de presos políticos.

A despeito das inúmeras diferenças mencionadas, existiam elementos comuns entre todas as organizações armadas que atuaram nas cidades brasileiras na década de 1960. Antes de qualquer coisa, esses grupos tinham uma série de pressupostos comuns. A economia brasileira sofria um processo de estagnação irreversível, que não teria alternativa enquanto o país

encontrasse-se na mão dos imperialistas e latifundiários. Nesse contexto, a Ditadura Civil-Militar era o único meio capaz de assegurar a continuidade do esfarrapado capitalismo brasileiro; já a tarefa central dos revolucionários era derrubar o sistema ditatorial e expulsar os imperialistas. Para tanto, era necessário romper o “imobilismo” do PCB, por meio do surgimento de uma vanguarda, organizando, inicialmente, a guerrilha rural, num longo processo de luta armada que contaria com a participação das massas rurais e urbanas.

Além deste, havia outro pressuposto comum a todas as organizações armadas: todas sustentavam a tese de que a guerrilha rural seria o embrião da revolução e eram guiadas, não expressamente, pela teoria segundo a qual uma organização de vanguarda poderia desestabilizar o “estado militar oligárquico”, por meio de ações bem planejadas.

De fato, as organizações mostravam-se muito pouco flexíveis quanto à crítica de seus pressupostos teóricos. Havia muita discussão, porém esta partia de premissas já estabelecidas. Os questionamentos iam até certo ponto, mas a nova esquerda seguia dogmas baseados em certezas incontestáveis, principalmente no que diz respeito à necessidade da resistência armada.

Apesar das divergências, as organizações guerrilheiras tiveram atuação bastante semelhante; por exemplo, todas eram essencialmente urbanas, apenas esboçando o início de uma guerrilha urbana e rural. Entre as organizações que fizeram a resistência armada, destaca-se a atuação da ALN, que, sob o comando de Marighella, figura conhecida e respeitada por sua atuação no Legislativo pelo PCB, enquanto o partido estava na legalidade, encontrou bases nos mais diversos meios sociais.

Diante do exposto, verifica-se que a resistência armada surgiu como último recurso para aqueles que foram privados do direito de atuação política, social e profissional depois dos golpes da década de 1960: os camponeses foram obrigados a fugir; os militares foram expulsos das corporações; os sindicalistas, políticos, estudantes e intelectuais foram perseguidos e impedidos de organizar-se autonomamente. A pretensão das organizações armadas não era somente derrubar a Ditadura. O projeto de guerrilha no Brasil era anterior ao Golpe de 1964 e vinha do início da década de 1960, inspirado na Revolução Cubana. Não obstante as divergências entre as diversas organizações, esse projeto pretendia voltar-se decisivamente para o combate à exploração de classes.

Segundo Ridenti (1993), é desnecessário pensar qual teria sido o rumo tomado pela esquerda brasileira caso não houvesse ocorrido o Golpe de 1964. O fato é que uma Ditadura implantou-se no país e, naquele contexto, os grupos armados representavam a forma de resistência, embora o projeto de revolução fosse anterior a ela e não pretendesse somente uma

resistência. Assim, não há como compreender esses movimentos sociais se não for observado o caráter de negação das instituições que acontecia naquele momento, inclusive na esquerda.

1.3.2 Florestan Fernandes e “O Último Marighella”

Em suas considerações sobre a atuação política de Marighella, Fernandes (1999) afirma que o pensamento desse líder revolucionário trouxe inúmeras contribuições para a esquerda brasileira, estando a principal na afirmação da necessidade de conhecer o Estado para poder combatê-lo. Ainda que não tenha aderido à luta armada, o mestre sociólogo demonstra profunda admiração pelos conceitos desenvolvidos por Marighella, em sua teoria sobre a revolução brasileira registrada em diversos escritos.

Fernandes (1999) aponta, também, para a importância do conceito de tática atual proposto por Marighella, segundo o qual a Ditadura somente poderia ser enfrentada dentro da moldura histórica e por meio da violência revolucionária, o que exigiria a elaboração de uma tática atual condizente com tais necessidades, mediante o surgimento de um elemento novo de combate. A tática (ou estratégia) pela força teria por objetivo dissolver o Regime Ditatorial e implantar uma nova sociedade, consistindo, necessariamente, em uma tática desenvolvida sob medida para a situação histórica vivenciada, sem espaço para dúvidas.

O pensamento revolucionário de Marighella caracterizou-se, na visão de Fernandes (1999), pela ênfase na necessidade de um novo elemento no cenário político nacional, o qual se encontraria na necessidade de unir os dois polos proletários numa única frente majoritária de oposição: a reunião de trabalhadores rurais e urbanos em um movimento político revolucionário. Dessa forma, Marighella incluiu o campo como elemento político na tática de ação guerrilheira, visando a atingir os trabalhadores mais espoliados/oprimidos. Depois de formada essa frente, o proletariado não poderia simplesmente isolar-se politicamente, dependendo necessariamente de alianças políticas com outras classes, a fim de exercer uma luta política eficaz contra o Regime Ditatorial. A ideia era vencer a Ditadura pela violência revolucionária, voltando as forças repressivas do Estado contra ele mesmo.

O elemento camponês é, portanto, a inovação no processo político que Fernandes (1999) percebe no pensamento de Marighella. Por meio dele, o líder revolucionário buscava superar a visão obscura do trabalhador rural no processo revolucionário, vendo nele o fator que deveria unir os dois polos proletários em uma força política única e majoritária, capaz de derrubar a Ditadura e levar à libertação no campo e na cidade.

Outro elemento importante nessa frente formada por trabalhadores seria os militares descontentes com a política militar e dispostos a derrubar o regime. Não obstante a declarada simpatia de Marighella pela Revolução Cubana, Fernandes (1999) observa que nunca foi sua intenção reproduzir no Brasil o processo cubano, destacando a necessidade de compreensão das peculiaridades do caso brasileiro e encontrando na luta armada a resposta para a necessidade de sanar as feridas nacionais. As pretensões de Marighella consistiam em formar a frente proletária para derrubar as forças repressivas e implantar a luta política no campo, incentivando o campesinato à luta de classes e à tomada do poder. Seu alvo era a derrubada do regime, mediante o aprofundamento da luta, com a incorporação dos trabalhadores rurais no processo revolucionário e a conseqüente formação da frente única proletária.

Fernandes (1999) conclui que a derrubada da Ditadura Civil-Militar esteve ligada a uma frente única formada por movimentos sociais, mas sofreu interferência de políticas oportunistas e conciliatórias, o que implicou a continuidade da política militar e a ausência da ruptura necessária. O sociólogo acredita que, no fim das contas, a luta armada interessou em maior grau ao próprio regime autoritário, uma vez que a oposição era inevitável e favorecia os golpistas enquanto viesse da esquerda e não dos setores direitistas descontentes.

A proposta revolucionária, porém, serviu de boneco de palha na ocasião da instauração do AI-5 e na luta imaginária dos militares contra os terroristas. Ainda hoje, há quem responsabilize Marighella pelo endurecimento do regime; dupla condenação. Apesar da derrota, Marighella contribuiu de forma inestimável para um socialismo à brasileira, sendo precursor de um socialismo inovador.

2 ALN: ALGUNS ASPECTOS SOBRE SUA TRAJETÓRIA E PROPOSTAS POLÍTICAS

O presente capítulo visa a expor, de forma sintética, o pensamento de Marighella sobre a revolução socialista no Brasil, ao mesmo tempo contrapondo-o à atuação da ALN, assim como às críticas recebidas pela organização guerrilheira tanto por parte dos opositores quanto de outros setores da esquerda atuante à época. Para tanto, analisamos alguns dos principais documentos redigidos por Marighella (1979a, 1979b), assim como documento autocrítico escrito por membros da organização no final da década de 1970 (ALN, 1979).

Por meio da interpretação e contraposição de textos históricos e teóricos, procuramos compreender, também, as críticas que as ações armadas da ALN receberam e o desfecho que alcançaram na prática revolucionária. Como resultado, temos um recorte das diferentes concepções presentes no pensamento de Marighella, na atuação prática da ALN e nas considerações feitas pela crítica no que diz respeito à teoria e à prática da organização, demonstrando não só as disparidades internas da ALN, como sua imediata condenação histórica dentro da própria esquerda.

2.1 Marighella e a Revolução Armada

No período imediatamente após a consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964, Marighella rompeu relações com o PCB e passou a liderar a ALN. Especificamente, por conta de uma viagem a Cuba e de declarações de simpatia pela revolução armada, Marighella foi expulso do PCB, o que ocasionou a baixa de diversos integrantes e uma grave crise no partido.

Gorender (1987), importante historiador brasileiro, descreve a ALN como a mais importante dissidência formada a partir das fileiras do PCB, surgida, segundo ele, para suprir o vazio de sua retração diante do Golpe de 1964. O princípio de sua formação deu-se na cidade de São Paulo, em meados de 1967, a partir da articulação entre Marighella, Câmara Ferreira e outros companheiros de grande importância, tendo sido chamado inicialmente Agrupamento Comunista.

Os dois principais documentos redigidos por Marighella e tomados aqui como foco da análise – *Porque resisti à prisão*, de 1965 (1979a), e *A crise brasileira*, de 1966 (1979b) – estão entre os mais importantes escritos por ele, uma vez que evidenciam o momento de ruptura de ideias entre o referido líder revolucionário e o PCB oficial, proporcionando, assim, um

panorama satisfatório das contradições que dissiparam a esquerda brasileira à época. Ressalte-se que Marighella procurou fazer uma denúncia da crise estrutural que castigava o país, ao mesmo tempo que expunha as formas de ação que julgava necessárias para a instauração de um governo popular revolucionário no Brasil, diante de sua singularidade histórica e estrutural.

O primeiro texto implica um debate político/ideológico em torno do episódio do Golpe de 1964, que evidencia a disputa interna que então se formava no PCB como consequência de sua inércia diante da ascensão dos golpistas ao poder. O segundo, por sua vez, consiste em uma crítica ao projeto de aliança com a burguesia pregado pelos comunistas e ao processo eleitoral, no qual o autor expõe a necessidade de articulação entre operários e camponeses no levante armado, que teria por objetivo derrubar a Ditadura Civil-Militar e instaurar o governo popular revolucionário (MARIGHELLA, 1979b).

2.1.1 *Porque resisti à prisão (1965)*

O referido texto consiste em livro escrito por Marighella após sua saída da prisão de Fernando de Noronha, um ano depois do Golpe Civil-Militar. A obra é formada de 18 capítulos, sendo 12 deles dedicados a relatar minuciosamente os fatos ocorridos na ocasião de sua prisão em uma sala de cinema da cidade de São Paulo; os seis últimos são uma crítica quanto à postura pacífica adotada pelo PCB diante da evidência do golpe de Estado e sua aliança com setores da burguesia nacionalista. Aliás, as críticas dirigidas à atuação do PCB por parte de Marighella iniciaram antes do triunfal Golpe Civil-Militar, tendo surgido já no episódio da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando os militares quiseram impedir a posse do vice-presidente democraticamente eleito, Jango.

Simpatizante da obra de Mao Tse-Tung e da Revolução Cubana, Marighella sempre desconfiou da ilegalidade a que o PCB continuava submetido, apesar da livre atuação política que exercia mediante os sindicatos, além de, sobretudo, rejeitar o pacto de cooperação que os comunistas mantinham com a burguesia nacional. A inércia do partido diante da ofensiva golpista serviu apenas para finalizar um processo de ruptura entre este e Marighella, resultante de contradições ideológicas que se agravaram progressivamente, ao ponto de se tornarem visões antagônicas dentro da esquerda.

Com a concretização da política golpista, segundo Marighella (1979a), os brasileiros viam-se diante de uma escolha inevitável: conformar-se com a situação criada pelo Golpe Civil-Militar ou resistir a ela. O conformismo, segundo ele, representava a submissão à violência e às humilhações impostas pelos militares e significava a morte na atuação política comprometida

com a transformação da realidade social das camadas mais pobres da sociedade brasileira, que sempre constituíram – assim como ainda constituem – a grande maioria da população brasileira desde o processo de colonização.

Nesse contexto, as democracias representativas que governavam o país no período imediatamente pré-golpe – também chamadas democracias populistas (1950-1964) –, por mais que impusessem restrições à participação popular no âmbito das decisões políticas, ao menos respeitavam os direitos individuais. Os militares golpistas, em contrapartida, ignoravam tais direitos, além de ferirem a Constituição, à qual diziam responder, afirmando que, em nome do cumprimento dela, promulgaram o Golpe de 1º de abril. Mediante tal postura, os militares entraram em evidente contradição, agindo contra o direito de liberdade individual proclamado pelos ideais das próprias camadas burguesas a que serviam. Trocando em miúdos: os militares utilizavam a violência repressora em nome do que chamavam liberdade; agiam contra a Constituição, em nome do cumprimento desta.

Por mais que os militares tratassem de amedrontar a população com a ameaça de um iminente golpe de Estado por parte dos comunistas, eram eles que defendiam a liberdade na forma como ela é entendida por Marighella (1979a): a liberdade diante do imperialismo econômico, a soberania do povo diante do capital estrangeiro e a defesa da livre participação política direta de todas as camadas da população nacional, sobretudo das massas, definindo, ainda, de forma satisfatória, aquilo que o autor entende por democracia.

As democracias representativas, segundo Marighella (1979a), devido à sua própria estrutura, estavam fadadas a impedir o avanço da participação popular no âmbito da política, uma vez que consistiam em um erro de partida, visto que a democracia, no Brasil, nunca se baseou na participação popular, tendo sido a estrutura democrática moldada, década após década, justamente para impedir tal participação. Além disso, o autor não acredita na possibilidade de uma mudança pacífica, dado que, ao longo da história brasileira, a tradição foi a repressão violenta da classe trabalhadora, por meio da violência militar serviçal das classes hegemônicas.

Independentemente de a liberdade existir ou não em um regime ou outro, de acordo com Marighella (1979a), o Golpe de 1964 não representou uma ruptura política, uma revolução, tal como proclamam os golpistas, visto que não alterou as bases da organização social nem as classes possuidoras do poder político. Em toda a história da República brasileira, existia, segundo ele, um denominador comum determinado pela continuidade das elites no poder, realidade na qual os comunistas, paradoxalmente à experiência comunista em outras partes do mundo, sempre representaram a oposição a essa hegemonia das classes dominantes, agindo pela

ampliação da participação popular no processo democrático e, nesse sentido, sendo os representantes legítimos da liberdade do povo brasileiro.

Diante da realidade da época, para o líder comunista, a única solução de construir uma oposição digna à Ditadura seria a organização das massas em grupos de resistência armada incumbidos de derrubar o governo golpista e instaurar o governo popular revolucionário (MARIGHELLA, 1979a).

Após o Golpe Civil-Militar, as restrições à participação política das massas, já existentes nos governos democráticos anteriores, foram levadas ao extremo com a suspensão da liberdade política e do direito individual, além da revogação de direitos anteriormente conquistados mediante a participação popular – a abolição de direitos conquistados, segundo Marighella (1979a), continuaria acontecendo enquanto o poder militar estivesse instaurado, o que de fato ocorreu nos anos que se seguiram. Utilizando o fato de os direitos individuais constitucionais nada valerem diante da realidade criada pelo terrorismo de Estado, ele justifica sua resistência à prisão no interior do cinema paulistano, argumentando que obedecer a uma voz de prisão de tal forma arbitrária seria reconhecer a legitimidade da política então instaurada, seria conformar-se com a suspensão dos direitos do indivíduo frente à violência repressiva.

O direito à liberdade que ele cita ao justificar sua resistência à prisão é, portanto, o ideal burguês de liberdade – ou seja, nada mais do que era assegurado pela Constituição nacional – e não a ideia de liberdade por ele defendida: a liberdade de participação das massas nas decisões políticas nacionais por meio da participação direta e a soberania dos interesses nacionais frente ao capital internacional. Desse modo, Marighella (1979a) denuncia as contradições pragmáticas do governo instaurado e da concepção de liberdade defendida por este, evidenciando a impossibilidade de atuação política institucional na oposição ao governo militar. Nesse sentido, o ato de resistência à voz de prisão consistiu, segundo ele, em um ato de protesto, uma demonstração de compromisso com a luta pela liberdade.

É importante enfatizar, entretanto, que a utilização do conceito de liberdade previsto na Constituição liberal somente serviu para demonstrar as contradições evidentes do próprio Regime Militar. Não significa, portanto, que seja a ideia de liberdade presente na obra de Marighella (1979a).

Este texto constitui, para Marighella (1979a), uma mensagem de resistência ao povo brasileiro, endereçada, sobretudo, às novas gerações, que seriam capazes de compreender melhor (em relação aos velhos comunistas) os argumentos do livro, mediante o entusiasmo e o espírito revolucionário que então demonstravam. Ainda segundo a sua percepção, a realidade social brasileira da época não demandava árduos esforços para a implantação do socialismo,

desde que feita da forma correta. Assim, o texto revela forte simpatia pela Revolução Cubana e afirma que esta forneceu provas suficientes de que as revoluções latino-americanas não dependiam das condições necessárias pregadas pelo comunismo tradicional. A realidade latino-americana e suas peculiaridades históricas demandavam outro tipo de ação: reestruturação social mediante a luta armada e soberania frente ao capital estadunidense. A espera por condições necessárias para a ação teria consistido, segundo ele, em uma das principais causas da derrota dos comunistas frente ao golpe.

O líder revolucionário acredita, ainda, na larga experiência do povo brasileiro contra os domínios do imperialismo estrangeiro e afirma que o Golpe Civil-Militar consistia em mais uma árdua tarefa que se impunha a nosso povo, revelando o grau de violência a que estaríamos submetidos em nosso caminho para a verdadeira libertação. A liberdade, tal como foi pensada por Marighella (1979a), não seria alcançada pela atuação ideológica pacífica ou pelo conformismo, mas, sim, por uma árdua resistência, organizada a partir das bases populares.

Portanto, com este texto, Marighella (1979a) contraria deliberativamente a resistência pacífico-ideológica mantida pelo PCB e, por conta disso, sofre severas críticas por parte do Comitê Central. Nesse momento, teve início o auge da crise interna do PCB, sendo que dissidências passaram a se formar em todo o território nacional.

2.1.2 A crise brasileira (1966)

Este documento, escrito em 1966, é um dos mais importantes trabalhos de Marighella, pois consiste no símbolo da ruptura definitiva entre o líder revolucionário e o PCB. Nele, o autor faz uma análise da sociedade brasileira e seu capitalismo deficiente, ao mesmo tempo que tece duras críticas ao PAB e sua debilidade político-ideológica frente ao novo regime, bem como ao pacto dos comunistas com as elites burguesas.

O principal argumento do artigo é, entretanto, a convocação das lideranças para a formação de uma frente ampla de resistência ao Regime Militar, encarregada de mobilizar as massas em levante armado para derrubar o governo militar e instaurar o governo revolucionário. Tal articulação deveria dar-se por meio de um trabalho conjunto nas bases rurais e urbanas.

Marighella (1979b) atribui a derrota revolucionária a um despreparo político e ideológico dentro do PCB, apontando sua falha política na dependência de sua atuação em relação ao governo vigente no momento e na sua aliança com a burguesia. A falha ideológica, por sua vez, estava na perda do sentido de classe da luta revolucionária. Conforme ele afirma, o

erro da política do partido evidenciava-se mais fortemente na medida em que o seu trabalho desenvolvia-se com “uma nítida característica de sindicalismo de cúpula” (p. 70).

Dentro da situação inaugurada pelo Golpe de 1964, tinha-se, segundo Marighella (1979b), “uma ditadura militar entreguista” (p. 30), que suprimiu as liberdades democráticas. Diante de tal conjuntura, já não era possível atuar da mesma forma como se fazia no contexto anterior, sob a égide das democracias representativas, quando o movimento de massas estava em ascensão. Assim, as crises estruturais do país somente poderiam ser resolvidas por meio da derrubada do governo e da restauração das liberdades democráticas. Nesse sentido, o principal objetivo tático do autor estava em destituir a Ditadura Civil-Militar, substituindo-a por outra que assegurasse a liberdade democrática e a abertura para o progresso.

No documento analisado, Marighella (1979b) convoca uma união de esforços para derrubar o Regime Ditatorial por meio da formação de uma frente ampla contra a Ditadura, que pudesse minar suas bases políticas e sociais. Tal ação, dados os desmandos da época, não poderia ser efetuada pelos meios legais, de modo que a tarefa revolucionária consistiria em denunciar essas condições às massas populares, ainda que isso tivesse de ser feito de forma clandestina. Além disso, de acordo com o autor, o partido deveria deixar de ser um apêndice da burguesia e criar condições para conduzir o operariado e as massas, sendo uma vergonha ainda maior para os líderes de esquerda permanecer inertes diante dos acontecimentos que ainda “estavam por vir” – e de fato vieram, como o AI-5, por exemplo.

Marighella (1979b) considera que o Brasil, ao contrário dos grandes países capitalistas, chegou a um determinado nível de desenvolvimento capitalista quando o mundo estava sendo dividido entre imperialismo e socialismo. Assim, não foi capaz de alcançar os demais países capitalistas, permanecendo no subdesenvolvimento, uma vez que nosso país não pôde seguir a trajetória clássica dos países que alcançaram o capitalismo por meio da revolução industrial.

O Brasil, segundo a visão do autor, era um país que se via diante de problemas relacionados a crises de novas fases do desenvolvimento, antes mesmo de ter solucionado os problemas acarretados pela primeira fase (colonialismo). Essa realidade tão peculiar do Brasil deixava como única saída possível a solução de nosso “problema crônico de estrutura”, sendo necessário, de acordo ele, recuperar o sentido de classe rumo à revolução brasileira, tomando como premissa básica para o êxito político o direcionamento ideológico (MARIGHELLA, 1979b).

Também, fazia-se indispensável o reconhecimento de que o Regime Militar não deixava possibilidade de solução pacífica, de modo que a violência revolucionária apresentava-se como única solução viável. Nesse contexto, Marighella (1979b) considera uma obrigação os líderes

revolucionários tecerem análises e saídas concretas da situação que estavam vivenciando, com base no marxismo.

2.1.3 Luta armada, Revolução Cubana e condições históricas

Destacamos, aqui, três noções presentes no pensamento de Marighella (1979a, 1979b): *liberdade*, *socialismo* e *revolução armada*, sendo que as duas primeiras não só se entrelaçam, como estão diretamente ligadas à última.

A *liberdade*, tal como ele a idealizou, consiste na libertação do povo brasileiro do domínio das classes hegemônicas, bem como das exigências do capital imperialista. De acordo com sua visão histórica, diversas foram as ocasiões em que o povo ergueu-se contra o domínio das classes dominantes ao longo de nossa história; este, entretanto, nunca logrou chegar ao poder, pois as elites políticas trataram de traçar uma estrutura que garantisse a manutenção de seus benefícios em detrimento das camadas mais desfavorecidas (MARIGHELLA, 1979a, 1979b).

A única solução na busca pela liberdade seria a reformulação de tal estrutura política, o que, segundo Marighella (1979a, 1979b), jamais pôde, nem poderá, ser feito pela via pacífica ou do “conformismo”, visto que as elites sempre se mostraram prontas a usar a violência repressiva das forças militares ao se sentirem ameaçadas pela participação política popular. Assim, a reestruturação adequada da sociedade brasileira dar-se-ia mediante a substituição do governo golpista então vigente por um governo revolucionário comprometido com a manutenção das liberdades democráticas e a abertura para o progresso, aliado à soberania popular, ou seja, o socialismo.

Esse regime deveria ser implantado no país de uma forma particular, dadas as suas peculiaridades históricas. Como no caso de Cuba, o Brasil não deveria esperar as condições históricas ideais para a revolução difundidas pelo marxismo clássico, mas partir para a ação armada, única forma de resistência possível dentro da nossa realidade.

Baseados nesse ponto, os comunistas, principalmente Gorender (1987), elaboram suas críticas a Marighella (1979a, 1979b) e à ALN, pois acreditam que as condições históricas em Cuba eram justamente o fator determinante que teria possibilitado a ascensão revolucionária. Conforme Gorender (1987), o jornal da ALN, *O Guerrilheiro*, delineava-se como “um ideário que não se limita a cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castro-guevarista a certos dados da experiência brasileira”, além de incorporar elementos do pensamento individual do fundador da ALN.

Para o historiador baiano, na medida em que Marighella colocava a ação no primeiro e mais importante plano, cavava a postura antiteoricista dentro da organização (GORENDER, 1987). Ainda, mediante a exaltação da violência e o antiteoricismo adotado pela ALN, propõe que as ideias de Marighella aproximavam-se do anarcossindicalismo, comparando-o a George Sorel; para ele, o líder revolucionário teria incitado “a violência extrema [...] situada no plano dos valores incondicionados, alheios a determinações históricas.” (p. 96-97).

2.2 ALN em Balanço Autocrítico

De acordo com o texto escrito pelos membros da ALN, intitulado *Contribuição para um balanço autocrítico* (1979), as bases de formação da organização seguiam uma concepção global de guerrilha elaborada por Marighella no início da década de 1960. Ainda segundo suas declarações, os “comunistas brasileiros” trataram de elaborar uma resposta à “derrota sofrida em 1964”, com base na teoria revolucionária formulada por Marighella nos anos imediatamente após o golpe, em meio às disputas internas do comunismo à época, às greves sindicais contra o arrocho salarial, à luta armada no campo contra a penetração capitalista e ao movimento estudantil “abrindo fogo” contra o Regime Militar. Nesse sentido, os ex-militantes declaram que o conjunto de oposição à direção do PCB após a consolidação do golpe viu na organização e desenvolvimento da luta armada a tarefa fundamental que daria continuidade à luta antiditatorial.

Outros grupos populares nacionalistas também buscaram na luta armada uma alternativa contra a Ditadura Civil-Militar, como os militares cassados, grupos católicos progressistas, intelectuais e estudantes. Os direitistas, entretanto, “persistiam na prática capitalista de arranjos e composições burguesas” (ALN, 1979), incluindo aqueles que, mesmo tendo apoiado o golpe, passaram a ser marginalizados pelos grupos que se tornaram hegemônicos no seio da Ditadura.

Na visão dos militantes da ALN, o decreto do AI-5 consistiu em “um golpe dentro do golpe”, que visava a “selar a hegemonia do grande monopólio.” (ALN, 1979). Já o ano de 1968 é por eles descrito como palco de intensa crise política, com o crescimento da oposição dentro da burguesia, a qual se refletiu entre os chefes militares, não esquecendo o movimento das massas operárias, “embora localizado e precariamente organizado.”

Marighella propôs, diante dessa conjuntura, que os revolucionários passassem imediatamente à ação, “através da análise de condições objetivas e subjetivas da revolução marxista à luz do caso brasileiro.” (ALN, 1979). A partir de então, foi colocado em prática o

plano de preparação da guerrilha pela ALN, contando, de acordo com seus membros, com grande apoio da esquerda revolucionária.

A guerrilha deveria ser iniciada na área urbana, porque, a princípio, o objetivo principal das ações era arrecadar fundos para o desenvolvimento da parte estratégica e tática dedicada a realizar o trabalho secreto na área rural – onde começaria a se formar o foco revolucionário inspirado no foquismo e seria iniciado um centro estratégico de treinamento guerrilheiro.

Para os guerrilheiros, a organização seria uma consequência da ação e, enquanto o núcleo estratégico não fosse concluído, não seria formada uma Coordenação Nacional da organização – considerada um empecilho ao desenvolvimento da luta por seu peso burocrático que entorpecia a iniciativa das bases (ALN, 1979). Aliás, a necessidade de existirem coordenações já não era negada pelos membros da organização, de modo que algumas foram instituídas, sem alcançarem qualquer efeito na prática, isso porque “prevalecia o império do comando centralizado e da autonomia tática.”

Ainda assim, a guerrilha urbana atuaria nos maiores centros do Sul do país (o chamado cerco estratégico), com ações de comando, aprisionamento, propaganda revolucionária e desgaste do inimigo, sendo que grupos isolados atuariam com outras organizações armadas sem unidade de comando. No entanto, com o assassinato de Marighella, em 1969, ficou evidente a situação de recuo da luta armada. A coesão era inexistente dentro da organização, devido aos diferentes graus de desenvolvimento dos diversos setores, de modo que a guerrilha urbana passou a atuar com cada grupo mantendo sua autonomia. Por sua vez, o trabalho de desenvolvimento da guerrilha rural mostrava-se ainda incipiente.

De acordo com os membros da ALN (1979), o choque das concepções existentes dentro do grupo voltadas para a guerrilha deu origem aos primeiros “sintomas de desagregação”, ainda que o desenvolvimento do treinamento militar estivesse começando. Dessa forma, com a morte de Marighella e de outros importantes membros da organização, a ALN sofreu um desgaste.

2.2.1 ALN após o assassinato de Marighella

Nessa época, Câmara Ferreira, considerado o segundo comandante-geral, logo abaixo de Marighella, fez uma tentativa de rearticulação orgânica na ALN, a qual enfrentou grandes dificuldades no decorrer do processo, devido às próprias imperfeições orgânicas presentes na estrutura da organização. Segundo o documento aqui analisado, tais problemas não devem ser entendidos do ponto de vista técnico e operacional, mas como de ordem política e ideologia (ALN, 1979).

Embora os militantes tenham passado a reconhecer a urgência em solucionar os problemas organizacionais, foi necessário um longo intervalo entre o momento em que essas deficiências foram percebidas e o momento de sua revisão, sendo que somente em 1972 teve início um processo de revisão mais intensificado das questões orgânicas da ALN, porém a organização já se encontrava bastante desgastada. Segundo os membros da organização, tal desgaste deu-se por conta da ausência de uma penetração consistente nas classes interessadas na vitória do processo revolucionário; além disso, a organização contribuiu com o refluxo dos movimentos de massa ao retirar figuras importantes desse quadro para integrar a luta armada (ALN, 1979).

Nesse contexto, o desenvolvimento da frente de luta armada e o treinamento militar permitiram manter um nível de ações significativo e de impacto, sem fortalecer, entretanto, a estrutura das organizações guerrilheiras, tampouco as unidades de propósito no que se refere a “um plano estratégico e prático de caráter global” (ALN, 1979), tarefa à qual a organização, supostamente, propunha-se. Ademais, a frente atendeu a debilidades orgânicas de todas as organizações envolvidas, permitindo a continuidade da prática na luta armada, bem como alimentou entre os militantes uma ilusão quanto à realidade política do Brasil e às suas próprias forças.

Na interpretação dos ex-militantes, a “tônica” que serviu de norte para o revolucionário foi a iniciativa militar; entretanto, o conjunto das organizações que formavam a frente não mobilizou apoio para a ofensiva por falta de condições. Como consequência, surgiram o isolamento e as sucessivas quedas, que terminaram por impedir o desenvolvimento da guerrilha rural – que seguia sendo o principal objetivo da organização ainda na década de 1970. Além disso, surgiram novas “incorreções”, que se somaram àquelas dos anos de 1968 e 1969 (ALN, 1979).

2.2.2 ALN entre 1971 e 1974: cisões, processo de revisão autocrítica e intensificação das ações armadas

No decorrer do ano de 1971, a ALN resolveu avançar, com base na reorganização efetuada no final de 1970, tendo por objetivo principal manter e aprofundar o nível de atuação armada. A contradição fundamental na prática da organização estava no fato de a reavaliação das ações guerrilheiras de 1970 ter, de acordo com o boletim autocrítico, passado por cima da conjuntura extremamente desfavorável para o quadro revolucionário; nesse sentido, a

autocrítica encontra barreiras na insistência da realização da luta armada como tarefa fundamental da vanguarda, desligada da massa e do movimento real (ALN, 1979).

Portanto, o processo de cisão, iniciado em 1971, sacudiu a prática da organização e a ALN passou a se preocupar mais com a fundamentação política de suas ações; aliás, de setembro de 1971 a abril de 1974, foram publicadas algumas edições do periódico *O Guerrilheiro* em que foi abordado um “debate sistemático” das ações da ALN. De fato, esse lento processo de autocrítica revelou “confusões e mesmo resistência quanto a uma decisão mais ousada em romper com os desvios verificados.” (ALN, 1979).

Apesar de ter reconhecido, em 1970, que o “inimigo havia se apoderado e o movimento revolucionário se encontrava confuso” (ALN, 1979), a organização não foi capaz de extrair daí as providências necessárias para uma atuação mais eficaz. Ou seja, a ALN persistiu no vanguardismo, “numa rotina de guerrilha urbana que se revelou inconsequente e levou a derrotas que quase raiaram o limite da extinção completa”, ao invés de preparar uma retirada defensiva e organizada no sentido de consolidar as forças que ainda possuía.

Finalmente, com alguns êxitos no âmbito militar, alcançados na década de 1970, surgiu certa clareza sobre os problemas de isolamento político e a deficiência da formação dos quadros.

2.3 ALN: Teoria Revolucionária, Prática Política e seus Críticos

Ao analisarmos os textos escritos por Marighella (1979a, 1979b) logo após sua ruptura com o PCB, temos que as noções de *liberdade* e de *socialismo* aparecem vinculadas entre si e que há uma terceira noção: a *revolução armada*.

Enquanto a *liberdade* consiste na libertação do povo brasileiro do domínio das classes dominantes e do capital imperialista, o *socialismo* consiste em um sistema a ser implantado no sentido dessa libertação, seguindo um modo peculiar de implantação, de acordo com as características históricas. Já a *revolução armada* é proposta como única conduta possível dentro de um contexto de censura, perseguições, sequestros, assassinatos, desaparecimentos e tortura, sobretudo após 1968 e o AI-5 (MARIGHELLA, 1979a, 1979b).

Marighella (1979a, 1979b) sugere que as condições históricas para a revolução não devem ser esperadas, a exemplo da Revolução Cubana e contrariando a proposta de resistência ideológica do PCB. Dessa forma, após o AI-5, o líder guerrilheiro convoca todos os opositores do regime ao levante armado, como única proposta viável de luta antiterrorista. Como mencionado anteriormente, é justamente nesse ponto que se encontra a crítica dos comunistas

sobre as suas propostas revolucionárias: eram as condições históricas de Cuba mais favoráveis à ascensão revolucionária que aquelas que o Brasil apresentava à época?

Por outro lado, ao analisarmos o documento de autocritica redigido pelos próprios revolucionários já no decorrer do processo de anistia, vemos que, segundo a interpretação deles da obra do comandante da ALN, as bases da organização estavam na sua “concepção global de guerrilha”, elaborada no início da década de 1960 (ALN, 1979). Além disso, a *luta armada* é descrita pelos marighellista, ou pelo menos por parte deles, como “tarefa fundamental que daria continuidade à luta anti-ditatorial”; não é difícil, entretanto, deparar-se com declarações dos participantes da organização guerrilheira que colocam em dúvida sua compreensão da obra de Marighella, fator que desencadeia diversas críticas sobre a atuação da organização e a própria teoria do líder guerrilheiro.

Diversos trechos do documento analisado demonstram a desmedida importância que os membros da ALN atribuíam à participação do movimento estudantil, assim como da própria organização, na implantação da revolução socialista. Por mais que tais sujeitos procurem criticar a aliança com a burguesia defendida pelos comunistas à época, seu discurso aparece frequentemente vinculado a uma visão elitista de revolução, como se coubesse a eles despertar o desejo revolucionário “nas massas”, ao mesmo tempo que subestimam a atuação sindical e campesina (ALN, 1979).

Ressalta-se novamente que, segundo a interpretação dos ex-militantes, o AI-5 foi “um golpe dentro do golpe”, efetuado com o intuito de assegurar a hegemonia do capital monopolista; já o ano de 1968 foi de grande agitação política em escala global, refletida, no Brasil, no grande crescimento da oposição ao regime dentro de setores da burguesia nacional, antes partidários do golpe. Diante dessa conjuntura, os guerrilheiros afirmam concordar com a declaração de Marighella à época que convocava os opositores do regime ao combate armado (ALN, 1979).

Note-se que a análise das condições objetivas e subjetivas proposta por Marighella ao recomendar que os guerrilheiros passassem à ação foi atropelada em nome da ação armada imediata, sem direcionamento teórico. Apenas no que diz respeito às estratégias de luta armada os guerrilheiros recorreram às formulações teóricas de guerrilha urbana do líder. É visível em seu discurso, entretanto, que sentiam falta de uma organização mais centrada, uma coordenação, e que criticavam algumas limitações impostas pela organização no sentido da sua burocratização (ALN, 1979).

Com a morte de Marighella, em 1969, e de outros importantes membros, a ALN passou a mostrar os primeiros sinais de desagregação, com cada um dos diferentes segmentos atuando

em autonomia na guerrilha urbana. No entanto, no decorrer desse ano, as principais organizações revolucionárias deram-se conta de que seu comprometimento com a luta armada estava prejudicado, do ponto de vista prático, pelo cerco que o Regime Militar havia formado.

Nesse contexto, mudanças na luta armada desencadearam o aperfeiçoamento da repressão, com a formação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Operação Bandeirante (OBAN), e as ações armadas da ALN alcançaram grande repercussão na mídia, na forma de “atentados terroristas”, sob o comando da subdivisão de Grupos Táticos Armados (GTAs). Em contrapartida, intensificou-se, segundo Gorender (1987), o bloqueio de acesso das organizações às massas por parte do regime. Nesse mesmo ano, a despeito de todas as disparidades e perdas, a ALN anunciou a prioridade da guerrilha no campo e a intensificação do treinamento militar, pois, segundo o autor, diante das “trevas da clandestinidade”, não restava outra opção senão a do combate pelas armas.

A partir de então, o aparelho repressivo mostrou-se cada vez mais eficaz no cerco aos guerrilheiros, sendo que, após a morte dos principais líderes e o desgaste total da estrutura da organização, teve início uma caçada aos demais membros, de modo que a média de sobrevivência entre os guerrilheiros antes da prisão ou morte era de um ano.

Portanto, existiram disparidades entre as concepções revolucionárias apresentadas por Marighella (1979a, 1979b) e o resultado alcançado na prática das ações armadas. É importante notar, entretanto, que, a despeito dos processos de autocrítica que a ALN vivenciou ainda durante o Regime Militar, a disparidade entre teoria e prática parece não ter sido identificada. Outro fator relevante é o fato de que a autocrítica tecida por guerrilheiros da ALN critica o apego da organização à posição elitista do PCB ao menosprezar o trabalho de base “nas massas”, sem se dar conta de que a convicção de que é necessário levar até as camadas pobres a receita da revolução é, em si, uma postura elitista. Tal vício aparece não só no discurso dos membros da organização (ALN, 1979), como na obra do próprio Marighella (1979a, 1979b) e de seu crítico, Gorender (1987).

É importante, também, destacar o fato de que a obra de Gorender (1987), além de uma rica fonte de dados históricos e cronológicos, é tomada aqui como um relato histórico de um sujeito atuante na luta armada, cuja obra vem sendo utilizada como base das críticas tanto de direita quanto de esquerda no que diz respeito à luta armada no período militar. Não há, portanto, nenhum compromisso teórico-epistemológico com a obra do autor, senão o de utilizá-la como objeto de análise.

De fato, a análise da obra de Gorender (1987) revela uma postura ambígua em relação à luta armada da ALN, pois, ao mesmo tempo que afirma concordar com a necessidade de

implantação do trabalho de base com as “massas” e da luta armada como única forma viável de resistência, o historiador parece culpar a organização e seu principal líder de agravar a violência repressiva, ao convocar a luta armada por meio de uma postura anarcoterrorista mergulhada no antiteoricismo. A nosso ver, entretanto, a postura do autor consiste em uma condenação imediata da luta armada implantada por Marighella e pela ALN, a qual parte de dentro da própria esquerda.

Diante de um contexto de intensa atividade política em escala global – Guerra Fria, Vietnã, maio de 1968, morte de Che Guevara – e da violência desmedida de um Regime Ditatorial que serviu de base para os demais golpes de Estado planejados pela Operação Condor na América Latina, responsabilizar uma organização e, sobretudo, a teoria de seu principal líder é, no mínimo, uma explicação insatisfatória para os fatos históricos. Além disso, a “violência desmedida” e o “terrorismo” que Gorender (1987) aponta nas teorias de Marighella e nas ações da ALN parecem tomá-los como uma espécie de boneco de palha, no qual são depositadas as responsabilidades pelos absurdos cometidos no decorrer do período militar. Apesar de ter aderido à luta armada, sido preso e torturado, esse autor culpa as teorias revolucionárias dos companheiros de resistência antiditatorial, ao invés de voltar-se contra o terrorismo de Estado, do qual ele próprio foi vítima.

3 REABERTURA DEMOCRÁTICA E MEMÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL

Este capítulo visa a avaliar a memória histórica no caso brasileiro, abordando os processos de anistia e redemocratização, assim como as políticas atuais a ela relacionadas. Para tanto, por meio da contribuição teórica de diversos pensadores e em contraposição aos dados recolhidos, procuramos entender o andamento das políticas e projetos voltados ao período, assim como a coerência ou não que apresentam em relação aos tratados e constituições que respeitam.

3.1 Política de Memória Histórica no Brasil

No livro *Educação e emancipação*, Adorno³ (2003) dedica um capítulo à discussão da seguinte questão: *o que significa elaborar o passado*. Para tanto, o pensador analisa a relação do povo alemão com as memórias do regime nazista, buscando demonstrar que a elaboração do passado somente estará completa quando estiverem extintas as causas desse passado.

Adorno (2003) parte do princípio de que “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas.” (p. 49). Além disso, sustenta que o sentimento de infelicidade e desconforto não se relaciona com o consciente nos mesmos termos que o faz com o semiconsciente, visto que o sentimento em relação ao passado depende da forma como este é apresentado no presente. Dessa forma, o fantasma do nazismo será perpetuado enquanto o sentimento antissemita estiver presente na sociedade, independentemente do regime sob a égide do qual se encontre a Alemanha.

Segundo o autor, para combater uma ameaça tão objetiva quanto o preconceito racial é necessária a educação dos educadores no sentido de identificar o sentimento antissemita nos sujeitos, conduzindo-os a perceber em si mesmos as origens de tal preconceito, mediante um trabalho psicopedagógico apoiado em estudos histórico-sociológicos (uma sociologia do presente), que possibilite a compreensão/reflexão dos sujeitos sobre seus sentimentos, bem

³ É importante notar neste ponto que, apesar de Adorno centrar sua análise no caso da perseguição aos judeus na Alemanha nazista motivada pelo sentimento de antissemitismo, os comunistas sofreram perseguições por parte do regime nazista tão implacáveis quanto aquelas sofridas pelo povo judeu. Desse modo, não apenas o antissemitismo presente no povo alemão teria sido a causa dos horrores do nazismo, nem os judeus as únicas vítimas; houve também a intolerância com outras formas de organizações políticas, sobretudo o comunismo.

como o urgente fortalecimento nas universidades de uma sociologia histórica de nossa própria época (ADORNO, 2003).

A elaboração do passado como esclarecimento é essencialmente tal inflexão em direção ao sujeito, reforçando sua autoconsciência e, por essa via, também o seu eu. Ela deveria ser concomitante ao conhecimento daqueles inevitáveis truques de propaganda que atingem de maneira certa aquelas disposições psicológicas cuja existência precisamos pré-supor nas pessoas [...]. Provavelmente apenas uma atuação conjunta daqueles pedagogos e psicólogos que não se esquivam da mais prioritária das tarefas profissionais em nome da objetividade científica poderia solucionar o problema da realização prática de tal esclarecimento subjetivo. [...] Se quisermos contrapor objetivamente algo ao perigo objetivo, não bastará lançar mão de uma simples idéia, ainda que seja a idéia da liberdade ou da humanidade, cuja conformação abstrata, como vimos, não significa grande coisa para as pessoas. Se o potencial fascista se apóia em seus interesses, por mais limitados que sejam então o antídoto mais eficaz, porque evidente em sua verdade, permanece sendo o de atentar aos interesses das pessoas, sobretudo os mais imediatos. (ADORNO, 2003, p. 48-49).

De fato, o gesto de tudo esquecer e perdoar, encerrando a questão do passado e, se possível, riscando-a da memória – que deveria caber somente àqueles que sofreram a injustiça –, é praticado pelos partidários daqueles que praticaram injustiças. Ademais, considerações relativas a um plano que ainda hoje provoca tanto horror que vacilamos em nomeá-lo são motivadas pela tendência de relacionar a recusa da culpa, seja ela inconsciente ou não tanto assim, de maneira tão absurda, com a ideia de elaboração do passado. Em outras palavras, o nazismo sobreviveu e continuamos sem saber se foi como um fantasma de algo monstruoso ou porque a disposição de tamanha atrocidade continua presente nos homens e nas condições que os cercam. A consciência (social) mal resolvida consola-se argumentando que fatos dessa gravidade só poderiam ter ocorrido porque as vítimas deram motivos para tanto – e esses motivos podem alcançar qualquer dimensão.

A ilusão traduz-se em um lamentável equívoco na relação entre uma culpa altamente fictícia e um castigo altamente real. Às vezes, os vencedores são convertidos em responsáveis por aquilo que os vencidos praticaram quando ainda estavam por cima; assim, os crimes de Hitler seriam de responsabilidade daqueles que teriam tolerado seu assalto ao poder e não daqueles que o apoiaram. Tal confusão ocorre devido a uma ferida, a algo que não foi trabalhado psicologicamente.

Posto isso, Adorno (2003) desenvolve sua teoria em relação a um conceito oriundo da psiquiatria, o chamado *complexo de culpa*. Segundo o autor, sempre se supõe tal complexo, alegando que foi gerado apenas pela construção de uma culpa coletiva dos alemães. Além disso,

supõe-se uma distinção entre “o gesto de não-ter-sabido-de-nada” e “uma diferença ao menos embrutecida e amedrontada” (p. 33).

Segundo Adorno (2003), o discurso do *complexo de culpa* contém algo de irreal: na psiquiatria, de onde se origina, ele significa “algo doentio, inapropriado à realidade” (p. 45) (psicogênico). Dessa forma, a complexidade do termo causa a impressão de que a culpa estaria na

constituição anímica das pessoas: terrível passado é convertido em algo inocente que existe meramente na imaginação daqueles que se sentem afetados desta forma. Ou então a própria culpa seria ela mesma apenas um complexo, e seria doentio ocupar-se do passado, enquanto o homem realista e sadio se ocupa do presente e de suas metas práticas? (ADORNO, 2003, p. 32).

Esta seria a destruição da memória!

Essa mentalidade obstinada dos que nada querem ouvir a respeito desse assunto encontra-se em conformidade com uma vigorosa tendência histórica. Ou seja, dois processos ocorreram concomitantemente: o desaparecimento da consciência de continuidade histórica da Alemanha (sintoma de fraqueza social), com o desconhecimento sobre importantes personagens históricos, e a estranheza da consciência americana em relação à história (segundo frase de Henry Ford, *history is bunk*), isto é, a imagem terrível de uma humanidade sem memória, que se refere a algo vinculado necessariamente à progressividade dos princípios burgueses.

Nesse contexto, a sociedade burguesa encontra-se subordinada de um modo universal à lei de troca, a qual, conforme sua própria essência, é atemporal, tal como a própria razão. Além disso, da mesma maneira como, de acordo com sua forma pura, as operações matemáticas excluem o momento temporal, o tempo concreto também desaparece da produção industrial. A memória, o tempo e as lembranças são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos de produção industrial elimina, junto a outros restos da atividade artesanal, categorias como a aprendizagem.

Assim, o esquecimento do nazismo poderia ser explicado muito mais pela situação social do que pela psicopatologia, sendo que mesmo os mecanismos psicológicos que operam na recusa de lembranças desagradáveis e inescrupulosas servem a objetivos extremamente realistas.

Apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes. Junto ao esquecimento do mal que acabou de acontecer ressoa a raiva pelo fato de que, como todos sabem, antes de convencer aos outros é preciso convencer a si próprio. [...] Por certo as motivações e os comportamentos assumidos não são diretamente racionais, na medida em que deturpam os fatos a que se referem. Porém eles são racionais no sentido em que se apóiam em tendências sociais, e que quem reage desse modo se sabe identificado ao espírito da época. (ADORNO, 2003, p. 34).

Adorno (2003) afirma que três fatores teriam afetado a relação do povo alemão com a democracia: o atraso na introdução da democracia na Alemanha, o fato de essa introdução não coincidir com o liberalismo econômico e, ainda, ela ter sido imposta pelos vencedores. Para o autor, a democracia era aceita na Alemanha como um sistema que dava certo e proporcionava certa prosperidade, mas haveria um grande ressentimento em relação a ela, visto que não se estabeleceu de modo a constar na experiência das pessoas como um assunto pertencente a elas. Desse modo, as pessoas não se compreendiam como parte do processo político e a democracia foi tomada como um sistema entre outros e não como uma expressão de sua emancipação (alienação da sociedade em relação a si mesma).

Adorno (2003) faz referência, também, a pesquisas estadunidenses que revelam que a estrutura da personalidade autoritária é definida por traços como o desejo pelo poder. Em outras palavras, personalidades autoritárias – as quais seriam simpáticas a todas as formas de totalitarismo – identificam-se com o poder enquanto tal, independentemente de seu conteúdo.

Importa ressaltar que muitas pessoas viveram em ótimas condições durante o regime nazista, que, em relação ao período anterior, mostrou-se vantajoso e protetor para seus adeptos. A “memória debilitada”, não obstante, insistiu em destacar os horrores do nazismo, mostrando-se incapaz de aceitar que muitos tiveram vantagens sob a égide do regime. Ademais, a época nazista realizou as fantasias coletivas de poder daqueles que, enquanto indivíduos, eram impotentes e só se imaginavam sendo alguma coisa enquanto constituíam um poder coletivo. Nesse sentido, o nazismo teria estimulado o “narcisismo coletivo” ou o orgulho nacional exacerbado.

Para Adorno (2003), existia a expectativa de que esse “narcisismo coletivo danificado” encontrasse-se adormecido, esperando as condições necessárias para manifestar-se novamente na distorção da realidade. O ódio ao bem-estar presente na Alemanha à época revelava, segundo o autor, um mal-estar com a prosperidade e, dessa forma, o passado era deturpado como tragédia, originando-se em fontes claramente racionais. Os indivíduos sentiam-se objetos e não sujeitos da sociedade em crise; este seria o motivo mais legítimo e racional de seu mal-estar. No

momento oportuno, isso poderia ser “represado regressivamente e deturpado para nova desgraça.” (ADORNO, 2003, p. 36).

O autor também sustenta que o nacionalismo à época mostrava-se ao mesmo tempo ultrapassado – em face da reunião obrigatória das nações em grandes blocos, sob a hegemonia dos mais poderosos, o Estado Nacional soberano perdia sua substância histórica na Europa – e atual – na medida em que somente a ideia transmitida e psicologicamente enriquecida de nação tinha força para mobilizar milhões de pessoas por causas que não eram propriamente suas (ADORNO, 2003).

Portanto, a sobrevivência do fascismo e o insucesso da elaboração do passado devem-se à existência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo. A necessidade de tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal gera o poder totalitário, o qual é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação. “Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, a promessa de felicidade que o conceito de democracia assegura, as pessoas tornam-se indiferentes frente a esse regime, quando não passam a odiá-lo.” (ADORNO, 2003, p. 31).

Se nos servimos das contribuições de Adorno (2003) para o referido estudo do legado da política imposta pelo terrorismo de Estado no decorrer do período militar, mais do que respostas, seria possível encontrar importantes questões ainda carentes de abordagem. Seria possível, por exemplo, afirmar que o legado do terrorismo de Estado sobrevive na forma de espectro no plano da psicologia social no caso brasileiro? E mais: teria ele sobrevivido mediante a capacidade dos cidadãos brasileiros em serem coniventes com a violência repressiva imposta pela Ditadura Civil-Militar no Brasil?

Encontraremos, talvez, a pista de uma possível resposta a essa última questão se analisarmos o discurso de muitos militares e cidadãos que não só negam as torturas já desmascaradas, como afirmam que aqueles que se tornaram presos políticos ou morreram em combate ao regime fizeram por merecer, muitas vezes afirmando a necessidade de tais atos e a disposição em repeti-los se preciso fosse. Aliás, não é incomum encontrar cidadãos brasileiros afirmando que o Regime Ditatorial foi necessário para o crescimento econômico e, até mesmo, simpatizantes da ideia de devolver o poder estatal aos militares.

Adorno (2003) argumenta que a contradição existente entre a “culpa fictícia” e o “castigo real” sofrido pelas vítimas do regime nazista apareceu na Alemanha como sintoma de uma ferida mal curada no plano da psicologia social. O *complexo de culpa* indevidamente incorporado pelos algozes – aqueles que efetuaram o terrorismo de Estado – consiste, portanto, na própria destruição da memória. Tal complexo e a contradição implícita que apresenta

ilustram perfeitamente o caso brasileiro no que diz respeito à relutância de reconhecer os crimes de lesa-humanidade cometidos pelo Estado.

Embora não haja reconhecimento oficial das organizações formadas por familiares de mortos e desaparecidos ou das próprias vítimas do terrorismo estatal, tampouco um histórico de condenação de um agente público ou policial que tenha atentado contra os direitos humanos durante o Regime Militar, o Estado brasileiro é quem insiste em esquecer o passado, evitando mexer nas feridas. Gostaríamos de salientar, portanto, que a referida contradição, aliada à apropriação do *complexo de culpa* por aqueles que praticaram a violência, desencadeia uma dupla condenação das vítimas do terrorismo de Estado, independentemente da nacionalidade do solo sobre o qual se manifeste.

Além de carregarem as feridas de um passado de violência e torturas sofridas, as vítimas de regimes ditatoriais são submetidas a uma condenação na medida em que assistem à destruição da memória e do dever constitucional de penalizar aqueles que infringiram os direitos humanos, legitimando-as, assim, uma vez mais. Seria esse um indício de que o espectro do Regime Militar permanece pairando entre nossos governantes e cidadãos?

3.2 Processos de Anistia e Reabertura Democrática no Brasil

A esse respeito, O'Donnell (1988) discute as *características domésticas* (político-sociais) dos países latino-americanos, estabelecendo uma comparação entre estes e os países do Sul da Europa no que diz respeito à perspectiva de redemocratização efetiva após o fim dos regimes autoritários nas décadas de 1970 e 1980. Seu parecer é de que Brasil, Argentina, Chile e Uruguai pertencem à categoria dos *regimes burocráticos autoritários*, uma manifestação mais recente do autoritarismo que se deu em países mais desenvolvidos da região, sob formas mais radicais de violência repressiva.

Segundo o autor, as diferenças e contrastes encontrados na comparação com os casos de países europeus sustentam uma perspectiva mais otimista à implantação dos regimes democráticos no Sul da Europa do que na América Latina. De acordo ele, no decorrer dos anos 1980, ocorreram na América Latina algumas mudanças subjetivas que, mesmo em meio a uma configuração sombria de fatores objetivos, ofereceram novos desenvolvimentos para que tivéssemos esperança com relação à democratização (O'DONNELL, 1988).

O'Donnell (1988) destaca o caso brasileiro em relação aos demais países que vivenciaram os regimes burocráticos autoritários na América Latina, apontando-o como o único que obteve “significativo sucesso” em termos de desenvolvimento econômico. Argumenta

ainda que, por diversas razões históricas, o setor popular brasileiro é fraco em termos organizacionais e pouco ativo politicamente, fatores essenciais para o alto grau de controle que o regime burocrático brasileiro foi capaz de exercer sobre a transição que durou mais de dez anos e que, conforme observa ele, anos após o fim do regime ainda não se podia (pode?) considerar completa.

Além desses fatores, o partido do regime burocrático autoritário brasileiro obteve significativo apoio eleitoral durante seu governo. Somente a partir de 1982, após a vigência de uma liberalização relativamente ampla e sob a égide de severa crise social, os movimentos pela redemocratização intensificaram-se. De acordo com O'Donnell (1988), tais eventos reduziram o grau de controle que o regime mantinha sobre o processo de transição desde seu início, em 1974, e aprofundaram as disparidades entre os chamados “brandos” e “duros” no interior das Forças Armadas brasileiras.

Visto que as Forças Armadas e as classes dominantes não se sentiram ameaçadas pelo principal partido da oposição e pelas principais correntes partidárias, o fim do regime foi tranquilo, embora existisse o receio de um golpe militar regressivo e episódios de violência repressiva promovidos pelos inconformados da linha dura. De fato, um fator decisivo para a realização do pacto de transição foi a emergência de Tancredo Neves como “líder vindo da ala mais moderada uma oposição já moderada.” (O'DONNELL, 1988, p. 22). Seu sucesso no papel de conciliador levou a um desfecho que pouco antes seria impossível.

Ressalta-se que a autoridade do Poder Executivo nacional não foi estabelecida por meio de uma eleição geral, o que consiste em componente essencial de um regime democrático. Isso se deveu a uma situação incomum, uma situação que deve ser considerada completa sem a realização de eleições diretas para a Presidência e ser entendida no contexto de transições brasileiras profundamente enraizadas, expressas e reforçadas pelas numerosas negociações que a própria sequência promoveu (O'DONNELL, 1988).

Segundo O'Donnell (1988), a liberalização não leva necessariamente a uma democratização; já a transição por colapso do regime apresenta maior probabilidade de levar à democracia política menos restrita, havendo obstáculos mais leves aos avanços da democratização social e econômica, bem como mais chances de levar à emergência de fortes opções desleais e duros confrontos diretos entre partidos, facções e interesses organizados, sendo, por consequência, um padrão mais propenso a retrocessos autoritários. A democratização via pacto, por sua vez, pode levar à probabilidade de que um dado regime não sofra uma reversão autoritária, mas “essa conquista não desprezível” (p. 25) parece envolver sérios custos em termos de igualdade social e econômica.

Os regimes burocráticos autoritários mantêm, segundo o autor, algumas semelhanças com os regimes dos países do Sul da Europa, sendo que, na América Latina, essa forma de regime surgiu mais tarde e envolveu um nível de violência e de repressão mais alto (com exceção da Espanha); além disso, surgiu nas regiões mais desenvolvidas da América Latina, contrastando menos, portanto, com a realidade social do Sul da Europa. Assim, *transições não revolucionárias de regimes autoritários* apresentam, para ele, generalidade empírica, baixa probabilidade de revolução em países com nível mínimo de organização do Estado e de complexidade social, expansão das relações sociais capitalistas, somadas ao monopólio das armas pelas Forças Armadas e burguesia nacional para suas relações nacionais e internacionais, boicote dos aliados e o desacreditado apoio da União Soviética (O'DONNELL, 1988).

Já da comparação entre a realidade dos países latino-americanos e a dos países do Sul da Europa, O'Donnell (1988) extrai as seguintes conclusões a respeito da América Latina: militarização da vida política e papel central das Forças Armadas; significado ambíguo de democracia; altos níveis de desigualdade social; e recorrência incomum a pactos político-econômicos formais e transnacionais. No caso do Brasil, o autor acredita que exista uma exceção, visto que o pacto que selou o fim do regime burocrático autoritário foi estabelecido entre militares e civis, sob a mediação de Tancredo Neves; um pacto ao mesmo tempo implícito e explícito.

De acordo com o autor, os pactos eram facilitados quando satisfeitas as seguintes condições: sociedade civil debilmente organizada e politicamente inativa – acordos elitistas, estreitos e exclusivistas não outorgados por surtos democráticos (O'DONNELL, 1988) –, níveis de condição social e atividade política relativamente altos e um sistema partidário razoavelmente forte e representativo (compromissos mais abrangentes, a serem elaborados e implementados por políticas institucionais). Além dessas, outra condição facilitadora ao processo de transição era a existência de um sistema partidário forte e/ou a sobrevivência de fortes identidades partidárias e redes organizadas durante o regime autoritário.

De fato, a América Latina apresentava as duas principais condições para o estabelecimento de pactos: não participação das massas populares sem apoio da elite e ausência de um sistema partidário no setor popular. Além disso, ressalta-se que pactos políticos também são prováveis nos países em que o regime autoritário existente obteve razoável sucesso na realização de suas metas, como o crescimento econômico ou o significativo apoio eleitoral. No entanto, na América Latina, não houve casos de regimes autoritários bem-sucedidos, autoconfiantes e dotados de apoio eleitoral que entrassem em aceitação, com exceção do Brasil,

de modo que “nessas condições, por sua própria natureza, o estabelecimento de pactos continua sendo um arranjo elitista.” (O’DONNELL, 1988, p. 29).

As principais consequências empíricas, segundo O’Donnell (1988), foram desanimadoras: a) a paisagem política da América Latina passou a ser formada por uma desanimadora coleção de diversos tipos de regime autoritário e de pensamentos aliviados através de democracias compactuadas não muito competitivas e socialmente restritivas. O cadáver de diversas democracias abortadas, não pactuadas; b) em longo prazo, esses tipos de regime não parecem ter tido qualquer efeito significativo sobre os grandes níveis de desigualdade, que caracterizam as economias e sociedades latino-americanas.

Essa baixa expectativa democrática na América Latina é concomitante à alta valorização da economia política, sendo que, após a ocorrência de lutas prolongadas, as principais forças populares viram que se liquidarem mutuamente era mais custoso do que firmar um acordo. Tais forças perceberam, portanto, o alto custo da tentativa de suprimir o inimigo e concluíram que era de seu próprio interesse alcançar formas mais cooperativas de interação política e social. Nesse contexto, dois fatores ofereceram à América Latina uma oportunidade inédita e profundamente ambígua no final da década de 1980: a) a maioria dos países que compunham o continente passou por experiências políticas que se utilizaram de violência repressiva fora do comum, além de se mostrarem socialmente regressivas; b) a profundidade da crise que as economias da região sofreram à época. Entretanto, esses fatores conduziram, na melhor das hipóteses, a democracias débeis, a serem logo sucedidas pelo usual retorno pendular do autoritarismo (O’DONNELL, 1988).

Entre as contribuições proporcionadas por O’Donnell (1988), queremos destacar a visão sobre o caso brasileiro em comparação, principalmente, com os demais países latino-americanos, especificamente aqueles classificados como *regimes burocráticos autoritários*. Dentro desse grupo, o Brasil destacou-se pelo fato de ter logrado certo nível de desenvolvimento econômico; em contrapartida, o setor popular brasileiro era fraco em termos organizacionais e pouco ativo politicamente, fatores essenciais para o controle dos militares sobre o processo de transição, que décadas depois segue em discussão.

Em suma, no Brasil, como procuramos demonstrar, a “redemocratização” deu-se mediante um acordo de cavalheiros e, conforme destaca O’Donnell (1988), a liberalização não leva necessariamente democratização. Tal liberalização via pacto, que proporcionou maior segurança em relação às retaliações políticas violentas, teve como efeito colateral sérios custos do ponto de vista da igualdade social e econômica.

A seguir, procuramos demonstrar como tais consequências manifestam-se no contexto político do Brasil contemporâneo, na forma de contradição com o Estado Democrático de Direito.

3.3 A Involução do Ornitorrinco

Neste item, analisamos as principais ideias propostas por Oliveira (2003, 2006, 2007), mediante a leitura de seus principais textos e comentadores, relacionando tais noções à realidade política nacional atualmente vivenciada sob a égide do governo petista.

Especificamente, tratamos aqui de buscar compreender de forma mais aprofundada três obras desse sociólogo que discutem o desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo no que diz respeito à política dos governos que vêm administrando o país sob a égide do regime neoliberal, desde a reabertura democrática no final da década de 1980. Assim, por meio da leitura de três de seus textos – *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (OLIVEIRA, 2003); *O momento Lênin* (OLIVEIRA, 2006); e *Política numa era de indeterminação* (OLIVEIRA, 2007) –, além de entrevista recém-concedida por ele à *Revista Cult* (BRAGA; SOUSA, 2010) – em que expõe suas críticas ao governo atual – e da crítica sobre eles realizada por Santos (2007) – companheiro de estudos de Oliveira –, procuramos compreender as principais ideias propostas por ele e suas principais críticas à política exercida pelo governo do Partido dos Trabalhadores, do qual foi membro fundador.

Pretendemos, com isso, entender as contribuições contidas na obra do sociólogo e a sua leitura sobre o momento político que atualmente vivenciamos. Como resultado, tem-se o entendimento da inovação que o seu trabalho representa diante da tradição que o precede no estudo do subdesenvolvimento, ou seja, uma nova abordagem diante da singularidade do processo histórico de formação da sociedade brasileira, por meio de críticas de um ex-militante que viu seu partido ceder ao jogo político que nasceu para combater.

3.3.1 Estado de exceção no Brasil

Entende-se por “estado de exceção” um ponto central de articulação invisível entre as rupturas no pensamento da política brasileira em relação às questões de fundo da aliança entre tecnociência e capital global (centro dos estudos do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic). Esse conceito foi desenvolvido, sobretudo, em três textos de Oliveira:

Política numa era de indeterminação (2007); *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (2003); e *O momento Lênin* (2006).

Em *Política numa era de indeterminação*, Oliveira (2007) serve-se do conceito de política desenvolvido nas contribuições de Rancière, em que política significa dissenso, ou seja, é a reclamação da parte dos que não têm parte. Nesse sentido, o jogo político (ou conflito) dá-se em um território desigual, em que um grupo procura criar, por meio do desenvolvimento de uma agenda de questões sobre as quais gravitam as discussões, um campo em que seu adversário deve movimentar-se e, por sua vez, buscar sair desse espaço delimitado, por meio da imposição de uma nova agenda de questões.

A ideia de *reinvenção* está ligada a toda proposta/resposta que consiga sair do campo imposto pelo adversário mediante a criação de outro campo, que seria uma nova qualidade de atores políticos. Assim, a *força da reinvenção* está manifesta na capacidade de manter o adversário no campo criado pela proposta/resposta, a qual é denominada por Gramsci capacidade de “hegemonia” (produção conflitiva do consenso) e por Marx e Engels “ideologia dominante” (OLIVEIRA, 2007).

Ainda sob a influência de Rancière, Oliveira (2007) utiliza seu conceito de *police*, que, pensada mediante critérios de previsibilidade/imprevisibilidade, estrutura a percepção da história recente do país, fundamentando, conseqüentemente, a análise elaborada por ele, conforme observa Santos (2007, p. 290):

Chico distingue a política da ‘polícia’, do termo francês *police*, que designa as operações dos atores dentro do campo inventado, do consenso logrado, estabelecido e imposto, isto é, o previsível jogo político dentro das regras. E depois de recapitular as definições do filósofo, Chico resume, numa analogia, como entende epistemologicamente a relação entre política e polícia: ‘Em termos de teoria física, a *política* é quântica, enquanto a *polícia* é determinista, Bohr e Einstein’.

O período entre 1964 e 1990 correspondeu, segundo Oliveira (2007), a uma época de forte reinvenção política, internalização das decisões e espaço nacional como centro, cujo fim foi marcado pela ascensão de Collor, com a implantação do modelo neoliberal. Tal período foi marcado pelo efeito da “financeirização” do capitalismo, pela explosão da dívida externa, pela terceira Revolução Industrial e pela perda da centralidade do trabalho, tendo início o chamado *processo de desmanche*, sugerido por Schwarz para classificar a fase de implantação da política neoliberal. Nesse contexto, a era FHC foi palco do agravamento das concessões ao capital, em detrimento da classe trabalhadora e da sociedade.

O *processo de desmanche* iniciado na década de 1990 significou o desemprego em massa, o processo de desindustrialização, o enfraquecimento das entidades sindicais e a desregulamentação do mercado de trabalho, além da abertura para o capital estrangeiro. Por meio desse processo, teve fim a fase anterior de reinvenção política destacada por Oliveira (2007), que, segundo Santos (2007), muito embora tentasse enxergar além das intransparências, via nesse processo de desmanche uma espécie de retorno ao estado de todos contra todos, em que a sociedade brasileira desconfigurava-se sem saber para onde estava caminhando.

Ainda segundo Santos (2007), Oliveira recorre à noção de exceção permanente de Schmitt, utilizando-a como categoria analítica da teoria política para caracterizar uma situação singular na qual já não se dá o exercício da política, efetivando-se apenas uma combinação de gestão cotidiana com coerção renovada. Oliveira, entretanto, não se aprofunda na relação do conceito de Schmitt com o de Walter Benjamin.

De fato, a tese nº 8 de Benjamin sobre o conceito de história, que aborda a necessidade de abandonar a concepção de história que tem o progresso como norma, beneficiando a política nazista, encontra-se no texto de Santos (2007, p. 295)

como uma indicação da necessidade de pensar a respeito do ‘estado de exceção’ instaurado pela contra-revolução neoliberal para gerar um verdadeiro estado de exceção revolucionário, que ponha termo à indeterminação sem voltar à normalidade anterior, mas inventando politicamente uma nova ordem.

Tal discussão, conforme observa o autor, jamais foi feita por aqueles que pretendem mudar a sociedade (SANTOS, 2007).

Em *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (OLIVEIRA, 2003), a metáfora do ornitorrinco serve para pensar que espécie de ser se tornou o Brasil, ajudando a elucidar a história recente, sob a forma da “revolução truncada” contemporânea. Como observa Santos (2007), a argumentação de Oliveira parte da crítica à teoria do subdesenvolvimento formulada pelos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), considerando que estes utilizaram uma concepção weberiana, em detrimento de uma visão darwinista, o que, no seu entender, consistiu em não atribuir necessidade predeterminada, mas com ênfase na ação voltada para um objetivo, uma questão de escolha.

A partir daí, o sociólogo tenta entender o caráter da política praticada dentro das peculiaridades do subdesenvolvimento, atribuindo a ela, no desenrolar de seus argumentos, o caráter de uma modernização conservadora – o que significa, na sua visão, uma revolução produtiva sem revolução burguesa –, estando a singularidade no subdesenvolvimento

econômico que as ex-colônias capitalistas expressam em seu caráter produtivo. Nesse sentido, o objetivo de Oliveira é demonstrar que o estado de exceção nessas localidades é, paradoxalmente, a regra (SANTOS, 2007).

O alcance do conceito (de exceção) amplia-se no espaço e no tempo, a ponto de a exceção tornar-se a própria forma da política no capitalismo periférico, mas nem mesmo só nele. Tudo se passa então como se a exceção marcasse permanentemente nossa sociabilidade, tornando-se norma. E mais: se a exceção é a norma subdesenvolvida, só é exceção na perspectiva das nações desenvolvidas. Entretanto, como o capitalismo é ‘desigual e combinado’, incluindo subdesenvolvidos e desenvolvidos, a exceção em que vivemos é o reverso da medalha da norma civilizada, vale dizer, o seu outro. (SANTOS, 2007, p. 299).

Para Oliveira (2003), a política de exceção permanente no subdesenvolvimento produz um contínuo estado de indeterminação política, o que o torna um processo aberto, ou seja, a política de exceção permanente dá espaço para a escolha racional, a ação e a vontade. A chance histórica de formulação de um projeto nacional teria sido perdida, na sua visão, quando a burguesia nacional deixou passar o momento histórico, escolha política que resultou na perpetuação do subdesenvolvimento que estávamos a abandonar, assim como na “abertura” por ele proporcionada.

Nesse contexto, a metáfora do ornitorrinco representa a evolução sem saída, pois, na segundo Oliveira (2003), o país sofria um processo evolutivo, que, paradoxalmente, não lhe proporcionava condições para evoluir. Na crítica de Santos (2007), justamente nesse ponto, Oliveira perde a oportunidade de retomar a questão da exceção permanente, visto que a privação de condições para acompanhar a chamada terceira Revolução Industrial impossibilitou-nos de participar de uma história que tem por norma o progresso. Para Oliveira (2003), após a conclusão de que o ornitorrinco está fadado a um horizonte negativo, resta-nos fazer a crítica ao progresso ou lamentar as escolhas políticas efetuadas pela burguesia nacional no passado e as oportunidades supostamente desperdiçadas.

A esse respeito, Santos (2007) aponta outro aspecto da obra de Oliveira: parafraseando críticos anteriores, afirma que ele se encontra, de certa forma, ainda preso a concepções guiadas pelo processo como lei histórica.

Não só porque o sociólogo parece ter saudade do subdesenvolvimento, segundo o comentário de Paulo Arantes, mas talvez porque no fundo, como diriam os psicanalistas, Chico e todos nós ainda não fizemos o trabalho de luto que nos permita, talvez, enterrar de vez uma idéia de desenvolvimento que tem o progresso como norma. (SANTOS, 2007, p. 303).

Em seguida, Santos (2007) pergunta-se se a burguesia nacional realmente teve tal oportunidade, utilizando dois argumentos colocados por Schwarz: a) seria difícil definir que a burguesia fez a escolha errada ou mesmo que fez tal escolha conscientemente; b) no plano da crítica, Oliveira “não teria tirado a consequência lógica de vivermos a exceção permanente da norma supranacional.” (p. 304).

De fato, a tese de que a burguesia nacional e suas escolhas políticas são as grandes vilãs da nossa história de subdesenvolvimento parece pressupor que as condições do subdesenvolvimento são invariavelmente emitidas de fora, enquanto a burguesia nacional deveria interessar-se pelo contrário. Não nos parece, entretanto, que o fato de Oliveira (2003) denunciar as condições de subdesenvolvimento que se perpetuam nas ex-colônias de capitalismo dependente e de indeterminação política impostas por elas implique necessariamente um apego de seu pensamento à ideia de progresso como objetivo histórico. É possível, pelo contrário, a partir da consciência de nossa condição de país subdesenvolvido de capitalismo dependente fadado ao atraso econômico, passar a pensar novas formas de desenvolvimento que não essa inspirada no molde dos países desenvolvidos. Isso porque, a partir da elucidação de nossas peculiaridades e, por outro lado, das similaridades entre o subdesenvolvimento de diversos países periféricos, torna-se mais viável pensar novos rumos que levem esses países a se desenvolverem de acordo com suas necessidades e possibilidades reais.

Voltando às considerações de Santos (2007), o terceiro e último texto de Oliveira analisado por ele, *O momento Lênin* (2006), consiste em uma comparação entre Lula e o líder da Revolução Russa durante os primeiros meses do regime revolucionário, buscando compreender o comportamento político daquele imediatamente após sua primeira vitória, nas eleições de 2002. Trata-se, conforme explica Santos (2007), de recorrer a acontecimentos passados para, à luz destes, compreender o momento presente, estabelecendo um paralelo entre dois momentos históricos “excepcionais”. Tal comparação justifica-se pelo fato de ambos os líderes terem assumido o poder em tempos de indeterminação política.

Para Oliveira (2006), no momento revolucionário, as classes não estão formadas, mas precisam de uma chance para atualizar todo o seu potencial. Paralelamente, apostar na experimentação política pode desencadear tanto uma revolução quanto uma contrarrevolução. Além disso, na visão do sociólogo, conforme explica Santos (2007), o momento de indeterminação política precisa visar a transformações revolucionárias, as quais devem ser efetuadas pelo grande líder carismático.

Ao escolher Lênin como eixo da argumentação, segundo Santos (2007), Oliveira traz à tona toda a discussão que articula estado de exceção e soberania. O carisma de Lula, por sua vez, era exercido num sentido conservador e antirrevolucionário, atirando em duas direções: a) em face das demandas populares, mostrava-se um poderoso anestésico, despolitizante; b) a autoridade de líder carismático deu a Lula a oportunidade de tomar decisões soberanas em períodos de indeterminação política, colocando as instituições a serviço dos interesses do grande capital.

Nas considerações de Oliveira (2006), o primeiro escalão do governo petista não exercia a soberania no sentido schmittiano, como fez Lênin no episódio da Revolução de 1917. Ao contrário, o que se observa é a deterioração das classes (sobretudo da trabalhadora) e o abandono da ideia de classe na política, sob a forma de um novo populismo (lulismo/petismo); este foi, no seu entender, um momento em que a hegemonia no sentido gramsciano, como direção moral da sociedade, não existiu.

A teologia política foi liquidada e, com ela, a exceção soberana. E, no entanto, lideranças da ‘nova direita’ norte-americana instrumentalizam o pensamento de Schmitt para criar um estado de exceção permanente que, à maneira dos fascistas, permita a plena realização da estratégia de aceleração total econômica e técnico-científica. Mas agora a decisão de exceção não decorre do exercício da potência do humano, nem mesmo quando se trata de elites estadunidenses. A *machina machinarum* do Mercado parece não mais obedecer a ninguém. Excedendo a si mesma, é ela que se declara ao mesmo tempo como regra... e exceção. (SANTOS, 2007, p. 352).

Por fim, de acordo com Oliveira (2006), não há como reverter o domínio da economia sobre a política, o que implica a contrarrevolução de nossos tempos, em que o mercado substitui o soberano mediante sua racionalidade, necessitando de um Estado fraco concentrado na economia, afastado das demandas da sociedade e despido dos valores universalistas burgueses.

3.4 Processos de Anistia e Redemocratização no Brasil

Conforme buscamos demonstrar até aqui, a questão da memória histórica no Brasil, sobretudo no que diz respeito à investigação e julgamento dos crimes de lesa-humanidade cometidos no decorrer dos regimes políticos autoritários, é bastante problemática, visto que uma tradição de transições compactuadas mediante acordos de cavalheiros, de caráter essencialmente implícito, vem alimentando diversas feridas em nossa sociedade no tocante ao plano da memória histórica e da psicologia social.

Vivenciamos, atualmente, a ascensão da chamada Comissão Nacional da Verdade, cuja lei de criação foi aprovada em novembro de 2011. Nesse sentido, os pactos firmados no passado e as feridas ainda abertas vêm sendo expostos à luz de um novo tempo, um período histórico que, por razões diversas, vem vasculhando a podridão do passado político e os crimes de lesa-humanidade. Curiosamente, aqueles que apoiaram as ações criminosas do passado hoje discursam em nome da defesa dos direitos humanos e da apuração dos crimes cometidos no período. Não temos aqui, entretanto, espaço para aprofundar tal discussão, de modo que nos limitamos a levantar a questão dos interesses que alimentam as atuais investidas internacionais pela apuração dos crimes contra os direitos humanos.

O pedido de revisão da Lei da Anistia de 1979 no Brasil tem duas principais origens: a luta dos familiares e vítimas do regime e o apoio dos órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos. Pode-se dizer seguramente que, somente a partir do momento em que as entidades internacionais entraram na discussão, ela tomou corpo – as exigências de cumprimento da lei assegurada pela Constituição nacional por parte de organizações civis formadas por vítimas e familiares das vítimas do terrorismo de Estado jamais lograram sequer o reconhecimento legal de sua existência até pouco tempo.

Em nota encaminhada à presidenta Dilma Rousseff, a associação de familiares de mortos e desaparecidos políticos exigiu que o Estado brasileiro esclarecesse onde, como e quem praticou os crimes de tortura, sequestro, assassinato, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Além disso, foram exigidos o cumprimento das normas nacionais e internacionais de direitos humanos, a abertura dos arquivos secretos e o cumprimento integral da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso Gomes Lund *vs.* Brasil). Tais exigências são apoiadas pelas principais entidades defensoras dos direitos humanos, que vêm encarando a Comissão Nacional da Verdade apenas como o primeiro passo rumo ao processo de investigação dos crimes cometidos no Regime Militar, entendendo, para tanto, que é imprescindível que exista o acesso irrestrito aos documentos e que o Estado reconheça total apoio ao processo de investigação.

Ressalta-se que, no mesmo dia em que Dilma Rousseff sancionou a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade, a ONU encaminhou um comunicado a esta pedindo explicitamente a revogação da Lei da Anistia de 1979 e medidas adicionais no sentido de facilitar a punição daqueles que violaram os direitos humanos durante o período militar. Ademais, na mesma semana, 12 acusados de praticar crimes de lesa-humanidade foram condenados à prisão perpétua na Argentina.

O Brasil vem ostentando sua sexta posição no *ranking* das potências econômicas e, justamente por ser uma democracia neoliberal, em plena ascensão econômica e supostamente dispondo de mais recursos, deveria ser o pioneiro na averiguação dos crimes contra os direitos humanos em comparação aos países vizinhos, também vitimados pela Operação Condor. Ao invés disso, está vergonhosamente atrasado em relação aos demais países no que diz respeito à investigação e acerto de contas com o passado.

No caso da Argentina, por exemplo, a investigação dos crimes praticados contra os direitos humanos foi iniciada em 1983, durante o governo de Raúl Alfonsín, o qual declarou nula a autoanistia promulgada pelos militares. Ainda no decorrer da década de 1980, diversos militares acusados de violação dos direitos humanos receberam punições diversas, como exoneração, destituição e prisão perpétua. Além disso, a despeito das pressões por parte dos militares para que o governo argentino parasse as investigações, uma forte mobilização popular e diversas reviravoltas políticas propiciaram a quebra definitiva de *La Ley del Olvido*, de modo que, desde 2003, vem se intensificando o processo de investigação, julgamento e punição dos criminosos.

Pode-se supor que o fato de a Argentina ter sofrido uma perda numérica muito superior à dos demais países inclusive na Operação Condor, contando 30 mil mortos e desaparecidos até o momento, contribuiu com a mobilização popular e as pressões para aprovações de leis que incentivem a punição dos agentes repressores. De outro ângulo, deve-se admitir que seria muito mais simples a apuração dos crimes de lesa-humanidade no Brasil e no Uruguai, que contam atualmente com um número muito menor de mortos e desaparecidos.

De sua parte, o Congresso uruguaio aprovou, em outubro de 2011, um projeto de lei do governo que declarou os crimes praticados durante a Ditadura Militar imprescritíveis, ou seja, não passíveis de anistia. O decreto retomou, ainda, o processo de investigação e punição dos crimes de lesa-humanidade cometidos pelo terrorismo de Estado no Uruguai até o ano de 1985. Por sua vez, a Lei da Anistia uruguaia foi superada pela CIDH, mesma entidade que exige a revisão da lei brasileira.

No Brasil, a despeito dos processos movidos por entidades ligadas à sociedade civil, formadas essencialmente por familiares e vítimas do regime, não há registro de nenhuma condenação de agentes repressivos. Portanto, de acordo com o que procuramos argumentar até aqui, sustentamos que a forma como se deram os processos de anistia e redemocratização no Brasil permitiu o atraso do caso brasileiro no acerto de contas com o passado. Como resultado, temos feridas abertas no plano da psicologia social e uma democracia remendada construída sobre bases de desigualdade nunca superadas ao longo de nossa história política. De fato, o

complexo de culpa trabalhado por Adorno (2003) pode ser aplicado sem retoques no caso do Estado brasileiro e de sua tendência a bloquear as memórias do passado, tomando para si um trauma exclusivo daqueles vitimados pelo terrorismo de Estado da Ditadura Civil-Militar, assistindo-se a uma ação por parte dos algozes no sentido de destruir a memória, amputando as partes podres.

A exigência de abertura dos arquivos secretos, além de ser essencial a uma democracia neoliberal sob a égide do Estado de Direito, consiste em uma corrida contra o tempo e pela conservação da memória, uma vez que, enquanto se estendem as discussões, mais documentos e indícios vão sendo apagados. Ademais, se o passado somente poderá ser superado mediante a extinção das suas causas, devendo elas, por sua vez, ser superadas de acordo com a forma como o passado é apresentado às gerações futuras, nossos descendentes parecem fadados a conviver com uma história tão incompleta quanto a que nos foi passada: a história dos vencedores, enquanto aquela parte que fere as leis continua incógnita, apodrecendo com os arquivos secretos do Estado.

De fato, a proibição de acesso aos documentos secretos, a integridade da Lei da Anistia e o descaso com o reconhecimento dos crimes de lesa-humanidade tanto constituem um prejuízo imensurável no plano da memória histórica quanto representam para as vítimas do período autoritário uma dupla condenação, uma vez que seus direitos não só foram aniquilados pela violência repressiva por meio das torturas, sequestros, prisões, assassinatos etc., como voltam a ser desrespeitados na atualidade, visto que assistem ao Estado ausentando-se do dever constitucional e internacional de reconhecimento e punição de crime contra os direitos humanos.

Talvez, contrapondo o caso brasileiro às categorias presentes nas contribuições de O'Donnell (1988) para entender os processos de anistia e reabertura democrática, seja possível classificar a Ditadura Civil-Militar como um *regime burocrático autoritário*, cujas bases políticas, êxitos no plano do crescimento econômico e violenta perseguição aos opositores mantiveram grande influência na condução dos lentos processos de anistia (ampla, geral e irrestrita) e de transição para o governo civil, assim como nos pactos (explícitos e implícitos) que levaram à abertura lenta, gradual e segura.

Conforme observa O'Donnell (1988), entretanto, a liberalização não leva necessariamente à democratização, de modo que o que vivenciamos no Brasil é uma democracia neoliberal disforme, em que o estado de exceção é regra e o desrespeito aos direitos humanos é tradição, que resiste até às leis internacionais de direitos humanos. Dessa forma, mais de três décadas depois de instituída a Lei da Anistia e de protestos ininterruptos por parte

dos vencidos pelo reconhecimento dos crimes praticados pelo Estado, seguimos discutindo a validade daquilo que é evidentemente imprescritível. Nesse contexto, o Estado brasileiro não só vem se esquivando da abertura dos arquivos e do reconhecimento dos crimes praticados contra a humanidade, como vem aprimorando as leis que tornam inacessíveis diversos documentos de Estado, sobretudo aqueles que dizem respeito aos períodos autoritários, além de evitar a quebra da Lei da Anistia de 1979.

Na perspectiva de Oliveira e Rizek (2007), o período que antecedeu a reabertura democrática consistiu em um forte período de *reinvenção* política no país, a qual encontrou sua conclusão na ascensão do regime neoliberal. Além disso, visto que o propósito da reinvenção está na habilidade de um grupo em manter seus opositores dentro do *campo político* por ele criado, o controle exercido pelo Regime Militar nos processos de anistia e reabertura democrática permitiu que fossem criadas as condições de delimitar o espaço/campo político dentro do qual transitamos hoje.

A partir desse processo, teve origem um segundo: *o processo de desmanche*, iniciado paralelamente à implantação do modelo neoliberal, com o desemprego, a desregulamentação do mercado de trabalho, a desindustrialização, o enfraquecimento das organizações sindicais etc. Essa política retalhada típica das peculiaridades do subdesenvolvimento, segundo Oliveira e Rizek (2007), consiste em uma modernização conservadora, calcada na revolução industrial sem revolução burguesa. Ainda de acordo com o autor, a burguesia nacional deixou passar o momento de realizar a revolução burguesa.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo, neste trabalho, foi investigar o tratamento e o papel que a luta armada vem recebendo na estratégia política da atualidade, como política de memória histórica. Para tanto, buscamos articular o estudo das estruturas e normas institucionais (ou a ausência delas) no que diz respeito à ascensão da Ditadura Civil-Militar que governou o Brasil de 1964 a 1984, mediante o estudo de caso de uma importante organização armada que surgiu em oposição ao regime: a ALN.

Nesse sentido, demonstramos a forma como foi efetuado o Golpe Civil-Militar de 1964 e a estrutura política, econômica e social que este obedecia, assim como a formação de uma das organizações guerrilheiras mais importantes a se erguer contra o Regime Ditatorial. Uma vez identificados os fatores institucionais e históricos do Brasil como um país de desenvolvimento atrasado, eles foram situados dentro do grande contexto de transformações políticas das décadas de 1960 e 1970, principalmente no tocante aos regimes ditatoriais da América Latina.

Observamos, também, a extinção do inimigo por parte da Ditadura antes da “abertura do regime” e a transição pactuada para o governo civil, bem como a preservação das estruturas sociais implícitas nos pactos políticos dos processos de anistia e transição, elementos que serviram como material para o entendimento da atual discussão em torno do período e do *status* que a luta armada vem recebendo como forma de atuação política.

A primeira parte do trabalho visou a expor os conceitos, noções, influências teóricas, métodos e procedimentos de pesquisa, procurando demonstrar a formação das estruturas de dependência em relação às transformações do capital internacional, mostrando que essa dependência teve início com o processo de colonização e, ao longo da história, foi moldada no sentido de ser independente do governo ou regime sob a égide do qual estivesse o governo brasileiro. Nesse contexto, a violência repressiva na forma de terrorismo de Estado vem sendo uma constante histórica no tratamento dos inimigos do regime em diversos episódios repressivos de nossa história política, sendo outra constante o surgimento de organizações clandestinas e esquerdistas de oposição a esses regimes – fossem adeptos da luta armada ou não.

Defendemos a ideia de que o Golpe Civil-Militar de 1964 serviu para impedir as transformações estruturais, ou seja, para preservar a estrutura. Em outras palavras, em frente de um contexto de luta internacional por mudanças de ordem política, em pleno desenrolar da Guerra Fria, o fantasma do comunismo rondava a mente das frações de classe burguesas

interessadas na manutenção das estruturas sociais arcaicas e na oposição às reformas necessárias ao próprio capitalismo nacional.

A defesa das “reformas de base” foi o fator que acabou com as chamadas democracias populistas que governaram o Brasil após o Estado Novo, ainda que mantivessem o PCB na clandestinidade e até certa ressalva nas relações políticas com os comunistas. No entanto, o fato é que as organizações de esquerda, a despeito de suas inúmeras divergências internas, sempre estiveram presentes na oposição aos regimes autoritários e na luta pela exigência das reformas estruturais necessárias ao próprio sistema capitalista brasileiro. Dessa forma, muito além da pergunta sobre quem surgiu primeiro – se a luta armada ou a repressão –, cabe entender melhor as propostas e origens das organizações que defenderam com armas o direito à oposição política. Vem daí a proposta de entender mais profundamente a estrutura, propostas e ações da ALN.

A segunda parte do trabalho consistiu na análise de textos históricos, especificamente, dos textos do líder da ALN, Carlos Marighella (1979a, 1979b), do documento autocrítico redigido por membros da organização no decorrer da década de 1970 (ALN, 1979) e, finalmente, do trabalho de Gorender (1987) sobre a esquerda armada, sobretudo no que diz respeito à ALN e seu principal comandante.

Procuramos fazer uma exposição das principais noções revolucionária de Marighella (1979a, 1979b), por meio do estudo de dois importantes textos redigidos por ele no período de seu rompimento com o PCB e do início da sua clandestinidade no combate ao Regime Militar, tendo sido destacadas três categorias em sua obra: socialismo, libertação e revolução armada. Nesse sentido, ressalta-se que a revolução socialista no Brasil consistia, de acordo com as ideias do líder revolucionário, na libertação do povo brasileiro da dependência em relação às transformações do capitalismo imperialista e devia ser implantada mediante a revolução armada, de acordo com as peculiaridades históricas do Brasil.

Ainda nessa segunda parte, analisamos o depoimento autocrítico de participantes da guerrilha urbana sob o comando da ALN, os quais iniciaram sua militância política por meio da participação no movimento estudantil. Destaca-se que a ALN é revelada como grupo armado de esquerda, cujos membros principais foram extintos na fase inicial da guerrilha urbana. Já seus membros secundários dividiram-se em grupos e tendências, por vezes opostas entre si; todas, entretanto, se mostraram distantes das propostas teóricas de guerrilha elaboradas por Marighella (ALN, 1979).

A terceira e última parte do trabalho consistiu na articulação de dados sobre as atuais discussões em relação ao período da Ditadura Civil-Militar e na contribuição teórica de diversos

autores que se dedicaram ao estudo das políticas do período militar no Brasil e de outros regimes autoritários.

A esse respeito, procuramos abordar as diversas questões atualmente em pauta e, ao mesmo tempo, mostrar que a transição para o regime civil democrático, assim como o processo de anistia iniciado em 1979, serviu para perpetuar mais uma vez as estruturas sociais de capitalismo dependente apontadas por Fernandes e que impulsionaram o Golpe Civil-Militar e o terrorismo de Estado. Observamos também que, no processo de “combate ao inimigo” e de “anistia”, tanto os membros de organizações armadas quanto os de resistência pacífica sofreram o mesmo tratamento; estudar os processos específicos dos membros da ALN não faria, então, nenhum sentido, visto que o tratamento dado a eles foi basicamente o mesmo. Ou seja, à época, tanto os participantes da guerrilha quanto os não adeptos às armas sofreram prisões, sequestros, torturas, assassinato, desaparecimento, ocultação de cadáver, entre outros, sendo que, a partir de 1979, todos foram anistiados – incluindo os agentes públicos e militares que cometeram crimes de lesa-humanidade. Além disso, com a reabertura, iniciaram-se os processos de indenização contra o Estado e a formação das organizações de familiares e vítimas do regime.

Mais de vinte anos após o término da Ditadura Civil-Militar, ainda não temos registro de nenhuma condenação dos agentes do Estado que praticaram os crimes de lesa-humanidade, nem o reconhecimento oficial das organizações de vítimas e familiares, nem o reconhecimento por parte do Estado da responsabilidade sobre os crimes cometidos ou o comprometimento junto às vítimas do Regime Militar na busca pelos diversos desaparecidos, muito menos a abertura total dos arquivos secretos e o fim das leis que permitem a existência de limitação ao acesso aos documentos referentes à atuação das Forças Armadas.

Em suma, a despeito das diversas cobranças de organizações nacionais e internacionais para que o Estado brasileiro reconheça os crimes contra os direitos humanos praticados durante a última Ditadura Civil-Militar no Brasil, o país encontra-se em situação de extremo atraso em relação aos demais países inclusive nos planos da Operação Condor. O Estado vem tratando o caso com panos quentes, sob forte pressão dos militares pela manutenção da Lei da Anistia e pela não abertura dos arquivos secretos sobre o período; é nesse ponto que o *complexo de culpa* trabalhado por Adorno (2003) encaixa-se perfeitamente na analogia do caso brasileiro.

O Estado vitima-se, referindo-se ao período militar como uma parte nebulosa da sua própria história, a qual deve permanecer em sigilo para não causar situações desagradáveis, como se não fosse ele próprio o agressor em novos trajes. As verdadeiras vítimas, dessa forma, seguem silenciadas pelo não reconhecimento oficial, pelo empenho em amenizar as arbitrariedades cometidas e preservar os escusos acordos de cavalheiros que selaram nossa

democracia por debaixo dos panos. Consequentemente, vivemos atualmente uma democracia neoliberal construída sobre estruturas arcaicas, moldadas e perpetuadas ao longo dos anos mediante a violenta repressão de qualquer ameaça às suas bases, sendo o terrorismo de Estado e a suspensão dos direitos individuais constantes históricas na realidade brasileira, não só nos períodos ditatoriais.

Mostramos que Adorno (2003) também alerta para as causas do passado, afirmando que a possibilidade de seus traumas voltarem a se manifestar na sociedade somente estará extinta a partir do momento em que forem eliminadas as causas desse passado. Assim, somente a partir do momento em que estiverem esgotadas as forças que permitiram a ascensão do Golpe de 1964 é que estaríamos livres do seu fantasma. Tal realidade, no entanto, parece bastante distante se considerarmos que, no Brasil, não só estão ativas as motivações que desencadearam o golpe – preservação das estruturas de capitalismo dependente –, como o Estado recusa-se a reconhecer os crimes contra a Convenção dos Direitos Humanos praticados no decorrer do Regime Ditatorial e a submeter a julgamento os agentes públicos envolvidos. A única abertura, até o momento, consiste na aprovação de um projeto de lei que tornou possível a criação da Comissão Nacional da Verdade, ou seja, pouco mais que nada.

A presença desse *complexo de culpa* sugere que existe uma ferida mal curada no plano da psicologia social, de modo que seria necessário trabalhar essa psicologia por meio da educação e da forma como o passado será apresentado para as próximas gerações. A memória histórica aparece, portanto, diretamente ligada à superação das forças que permitiram as arbitrariedades cometidas pelo terrorismo de Estado. Negar o direito à memória e à verdade consiste, em contrapartida, na degradação total da memória, numa amputação do passado que não leva à superação, mas à debilidade.

Ao analisar as estruturas internas e a trajetória política da ALN, organização tomada aqui como exemplo da luta armada no Brasil, observamos que se tratou de um grupo de guerrilha urbana cujo quadro principal de militantes foi dizimado logo nos primeiros anos de atuação. Dessa forma, a certa altura do confronto com o regime, a organização encontrava-se formada quase essencialmente por jovens oriundos do movimento estudantil, cujos nomes encontravam-se na lista de caça do DOPS, e não teve outro meio de sobrevivência senão a clandestinidade.

Também vimos que as ações armadas do grupo e a interpretação que muitos integrantes tinham sobre as obras de Marighella mostravam-se longe de constituir a ameaça comunista tão temida pelas frações de classe que apoiaram o Golpe de 1964. O que observamos é que consistiam basicamente em jovens militantes privados de um canal de atuação política e

marginalizados sob o rótulo de terroristas, obrigados pela violência do regime a aderir à clandestinidade. Despreparados tática e teoricamente, esses jovens foram caçados, sequestrados, torturados, mortos, presos, entre outras arbitrariedades. De fato, os depoimentos sobre o Golpe de 1964 e o AI-5 parecem mostrar que os participantes da guerrilhas, sobretudo os mais jovens, não esperavam uma campanha tão violenta por parte das Forças Armadas.

Diante do exposto, negar o direito à memória histórica é condenar uma vez mais a luta armada como forma de atuação política, ainda que a violência repressiva revele-se uma constante na história política brasileira. Conforme procuramos demonstrar aqui, os participantes da luta armada no período militar sofreram diversas condenações ao longo da história. A primeira condenação veio por parte do Estado, sob a égide da Ditadura Civil-Militar, que não só privou esses sujeitos dos canais de atuação política, como também os submeteu a diversas punições, que ultrapassam a inconstitucionalidade e contradizem explicitamente a Convenção dos Direitos Humanos. Uma segunda condenação pode ser apontada, como já mencionado, nas críticas oriundas da própria esquerda brasileira – utilizamos, aqui, a obra de Gorender (1987) para ilustrar a forma como as demais facções da esquerda, incluindo as que aderiram à luta armada, condenam os primeiros guerrilheiros urbanos pela intensificação do terrorismo de Estado.

Por fim, o episódio do processo de anistia consistiu em total desrespeito e desconsideração por aqueles que se opuseram ao regime, visto que seus algozes, além de terem desfrutado dos mesmos privilégios, isentaram-se dos crimes de lesa-humanidade praticados. Note-se que a aceitação de tais crimes tanto condena a luta armada quanto aceita a tortura, as punições anticonstitucionais e a privação dos direitos individuais dos seres humanos. Passar por cima desse pedaço da nossa história, portanto, consiste em condenar mais uma vez aqueles sujeitos, não só os que pegaram em armas, mas todos que se opuseram às arbitrariedades ditatoriais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL (ALN). **Contribuição para balanço autocrítico**. Rio de Janeiro, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRAGA, Ruy; SOUSA, Wilker. Chico de Oliveira: a crítica social como instrumento de diálogo público. **Revista Cult**, São Paulo, n. 146, maio 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/05/o-compromisso-da-critica/>>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946.

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 1968.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

_____. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 1995.

_____. Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004. Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 dez. 2004.

_____. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

_____. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: MARIGHELLA, Carlos. **O homem por trás do mito**. São Paulo, 1999.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

_____. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Rer. Bras. Hist.**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FOLHA DE S. PAULO. Janio renunciou. **Folha de S. Paulo**, 25 ago. 1961a. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_25ago1961.htm>. Acesso em: set. 2012.

_____. Congresso examina o veto das Forças Armadas ao Sr. Goulart. **Folha de S. Paulo**, 29 ago. 1961b. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29ago1961.htm>. Acesso em: set. 2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira da luta perdida a revolução armada. São Paulo: Ática, 1987.

MARIGHELLA, Carlos. Porque resisti à prisão. In: MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979a. p. 9-47.

_____. A crise brasileira In: MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979b. p. 49-88.

O'DONNELL, Guillermo. Introdução aos casos latino-americanos. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Lawrence (Orgs.). **Transições do regime autoritário**: América Latina. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. p. 17-36.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O momento Lênin. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 75, p. 23-47, jul. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PIÑA, Javier. **Ensayos en torno de la sociología histórica**. México-DF: UNAM, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

SANTOS, Laymert G. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 289-352.

SILVEIRA, Paulo. Estrutura e história. In: SEREZA, Haroldo Ceravolo. **Florestan, a inteligência militante**. São Paulo: Boitempo, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Governo Goulart e o golpe de 1964**: um governo no entreato golpista. São Paulo: Brasiliense, 1989.